



**Prevalência de traços do escravismo e  
do colonialismo em práticas coletivas  
no cotidiano moçambicano**

---

**Martinho Pedro**

*Práticas da História*, n.º 15 (2022): 183-237

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

## **Martinho Pedro**

### **Prevalência de traços do escravismo e do colonialismo em práticas coletivas no cotidiano moçambicano**

---

Escravismo e colonialismo, pela maneira como se manifestaram sobre os grupos sociais constrangidos, dificilmente indicariam a prevalência dos seus traços no período pós-colonial, especificamente nos territórios em que gerações contemporâneas ao seu decurso sofreram sevícias por conta dos dois processos. De facto, pelo seu caráter desumano, mesmo sendo abordados, tal ato manifestar-se-ia no quadro de memórias coletivas hibernadas ou deliberadamente silenciadas, com o fim de se evitarem animosidades. Em outras situações, a sua revisitação seria no contexto de se evitar que processos do género voltassem a ocorrer. Entretanto, um olhar circunspeto sobre a maneira como se manifestam certas práticas individuais e coletivas possibilita a identificação de formas de estar que, na altura da sua ocorrência, constituíram-se em fundamentos essenciais do escravismo e do colonialismo, condicionando que memórias indesejadas destes dois processos caracterizem parte do quotidiano do Moçambique hodierno.

Palavras-chave: Colonialismo; Escravismo; Colonialidade/Transculturalidade; Moçambique.

---

### **The prevalence of traces of slavery and colonialism in collective practices of Mozambican daily life**

Slavery and colonialism, by the way they manifested themselves on constrained social groups, would hardly indicate the prevalence of their traits in the post-colonial period, specifically in the territories in which contemporary generations to their course suffered brutal abuse due to two processes. In fact, due to its inhuman character, even when approached, this act would manifest itself in the framework of hibernated or deliberately silenced collective memories, in order to avoid animosities. In other situations, revisiting them would be in the context of preventing similar processes from happening again. However, a circumspect look at the ways of certain individual and collective practices are manifested makes it possible to identify ways of being that, at the time of their occurrence, constituted essential foundations of slavery and colonialism, conditioning that unwanted memories of these two processes characterize part of everyday life in Mozambique today. Keywords: Colonialism; Slavery; Coloniality/Transculturality; Mozambique.

# Prevalência de traços do escravismo e do colonialismo em práticas coletivas no cotidiano moçambicano

Martinho Pedro\*

## Introdução

Escravidão e colonialismo constituíram-se em dois processos simultâneos e consecutivos pelos quais o Ocidente conetou-se ao mundo, durante o período moderno europeu, no âmbito da rentabilização da economia de plantações e de extração de recursos naturais visando satisfazer as primeiras maquinofaturas, bases da Revolução Industrial que se lhe seguiu e da política bulionista defendida, fundamentalmente, pelas duas monarquias que estavam a despontar na Península Ibérica. Tal realidade, ao ocorrer em um momento caracterizado por uma fraca diversificação económica interna, não só nessas duas monarquias ibéricas, mas também em cada um dos países ocidentais, bem como em uma altura em que não existia uma capacidade redistributiva da renda, por conta do controlo desta pelas instituições monárquicas, influiu-se sobre a massiva pauperização da população europeia, conhecida nos séculos XVI e XVII, senão mesmo no XVIII, condicionando, em última instância, uma economia letárgica. É assim que pode conjecturar-se que colonização e escravatura económica foram, no momento da sua implementação, fundamentos de integração de uma mão de obra barata e abundante nos países integrados no surto desenvolvimentista do século

\* Martinho Pedro (marpmat@gmail.com). Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo, Av. de Moçambique, km 1.6, campus da Lhangene, Bloco E, 2º Andar Maputo – Moçambique. Artigo original: 4-7-2022; Versão revista: 16-2-2023; Aceite para publicação: 16-2-2023.

XVII, visando a redução de avultados investimentos financeiros e, cor-relativamente, a rápida acumulação de recursos que condicionassem a emergência de um rápido superávit nacional.

A coincidência entre a formação das nações europeias modernas, principalmente depois do Tratado de Westfália de 1648, e o desenvolvimento de políticas protecionistas parece ter impossibilitado o recurso de potencialidades presentes em monarquias concorrentes dentro do continente europeu. Restava pouco espaço de manobra para a satisfação dos interesses nacionais de cada um dos países participantes do surto colonial, o que terá ativado a colonização e o escravismo como duas formas de exploração eminentemente económicas<sup>1</sup>. Nesse âmbito, parece terem sido criadas condições, por parte de cada um dos contendores europeus implicados no surto desenvolvimentista económico do momento, para a projeção de territórios cativos, envolvendo os respetivos habitantes. Assim, a satisfação em recursos primários, quer agrícolas quanto minerais, numa altura em que uma incipiente tecnologia agrícola e extrativa não podia responder à maior demanda desses recursos, foi respondida pela criação de condições de colonização e da ativação da escravatura económica, cuja duração levou mais ou menos quatro séculos, se se levar em consideração que os impactos se fazem sentir até a fase atual. Nesse quadro, o estudo cobre um longo período, que vai desde o momento em que a primeira modernidade europeia passou a impactar sobre Moçambique, especificamente a partir do século XVI, ao período pós-colonial, envolvendo todo o período posterior à emancipação política do país em 1975. No interior desse largo período, o estudo revisita a segunda modernidade europeia, que para o presente estudo ocorre entre o século XVIII e os anos 70 do século XX. Durante este período intermédio foram definidos os pressupostos da colonização moderna, circunscrita na territorialização do espaço português que veio a ser colónia e, depois

1 Existem várias teorias que explicam a explosão do surto colonial-imperialista de entre as psicológicas, diplomáticas, da dimensão africana e, certamente, a teoria económica, que é corroborada neste artigo, pelos fundamentos precedentemente fornecidos. Quanto às teorias que explicam a expansão imperialista, *vide* Godfrey N. Uzoigwe, “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”, in *História geral da África. VII África sob dominação colonial, 1880-1935*, editado por Albert Adu Boahen. 2.<sup>a</sup> ed. (Brasília: UNESCO. 2010), 22-31.

da sua emancipação política, República [Popular] de Moçambique, em cujo último momento passaram a manifestar-se os impactos paradoxais dos dois processos anteriores e, ao mesmo tempo, aqueles foram reinterpretados ou readaptados em um novo contexto.

Tendo como objetivo apresentar a prevalência de traços do escravismo e do colonialismo em Moçambique na fase hodierna, o artigo tem como base metodológica a dialético-retrospectiva, no sentido da arqueologia fenomenológica de Bello<sup>2</sup>. Esta base consiste em uma interrogação regressiva envolvendo cada uma das operações que permitem captar ou determinar o sentido da ocorrência de um fenómeno. Dessa forma, para uma melhor captação da extensão das realidades oriundas da escravidão e da colonização, desenvolveu-se o procedimento histórico-longitudinal ou diacrónico, vendo como a colonização e o escravismo ocorridos outrora se refletiram no período pós-colonial. Por via desta operação, ocorre a integração de uma perspectiva comparativa, no âmbito da história de longa duração, correlacionando, no caso em epígrafe, processos do período colonial e do pós-colonial de Moçambique a partir de manifestações e práticas escravistas e coloniais.

Foi ainda necessário mobilizar uma perspectiva analítica baseada na etnografia do Estado, tendo como referência o Estado moçambicano. O ponto de partida da aplicação desta perspectiva foi o de estudar a entidade política enquanto realidade fragmentada, ao envolver grupos sociais, um arcabouço político e o respetivo quadro territorial ou físico, sobre o qual se alicerçam os primeiros dois e que, no seu conjunto, podem ser estudados de forma particularizada. De facto, se o comportamento das três realidades, vistas no seu contexto totalitário ou unitário, corporiza a manifestação e o comportamento da respetiva entidade política, estar-se-ia com a ideia de que, nesse âmbito, o Estado constitui-se em “una construcción cultural basada en un proyecto nacional que impacta en la sociedad a través de diferentes mecanismos, imponiendo así formas culturales de comportamiento, de identidad y de

2 Angela Ales Bello, *Cultura e religiões. Uma leitura fenomenológica* (São Paulo: EDUSC, 1998), 18.

visiones de la sociedad, entre otros aspectos”<sup>3</sup>. Inversamente, pode conjecturar-se também que cada uma das partes constituintes do Estado, isto é, o arcabouço político, o território e os grupos sociais podem ser analisados de forma isolada, enquadrando-se, nesse contexto, também em um estudo de caráter etnográfico, de onde se insere esta última perspectiva.

Em complemento, foi mobilizada a plataforma digital, com a consulta de material do WhatsApp, onde são veiculadas informações correlativamente ligadas a um comportamento que se sistematizou da decorrência de uma natureza do Estado herdada do sistema colonial que, ao vedar o espaço público para a manifestação do clamor, propiciou o recurso daquela plataforma para a exteriorização deste. Por questões éticas, o uso da informação desta plataforma fez-se com a ocultação dos números de telefone usados para a postagem da informação mobilizada para o presente texto.

### **Montagem do colonialismo e do escravismo como sistemas estruturantes**

Colonialismo e depois escravatura ou escravatura e depois colonialismo, ou os dois juntos, mas com a dissimulação de um deles, foram ganhando matizes a ponto de marcarem temporalidades mais ou menos longas, quando consideradas em função de determinados espaços e circunstâncias criadas nos diferentes territórios extraeuropeus envolvidos pelos dois hediondos processos. Nesse processo, apesar de terem sido realidades desumanizantes, colonização e escravismo colonial marcaram experiências que, ao serem repetidamente partilhadas na longa duração, chegaram a constituírem-se em normas ou práticas recorrentes entre indivíduos e grupos que estiveram diretamente ligados aos dois processos. Quanto à transformação das experiências em padrões, Berger e Luckmann avançam com a ideia segundo a qual “qualquer

3 Francisca de la Maza Cabrera, “Aportes de la etnografía del estado para el estudio de las interacciones interculturales locales, Región de la Araucanía”, VII Congreso Chileno de Antropología (Colegio de Antropólogos de Chile, A. G., San Pedro de Atacama, 2010), <https://www.aacademica.org/vii.congreso.chileno.de.antropologia/64>.

ação freqüentemente repetida torna-se moldada em um padrão” e que “processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização”<sup>4</sup>. E atendo-se a essa ideia, pode concluir-se que o escravismo colonial e a própria colonização portuguesa, ao terem sido recorrentemente partilhados em Moçambique, foram se sedimentando, a ponto de criarem reflexos recorrentes e posteriores na funcionalidade do Estado e de práticas cotidianas dos grupos sociais aí presentes.

Uma melhor compreensão de como realidades de um período passaram para o outro depende, necessariamente, da identificação das matrizes essenciais do primeiro e dos seus carateres, neste caso, do escravismo colonial e da própria colonização, do qual pode fazer-se a ponte para o segundo. Assim, partindo da natureza do escravismo colonial e de como a própria colonização foi institucionalizada no terreno, o assunto principal desta secção é identificar, de forma sumária, mas incisiva, práticas que, continuamente, orientaram a forma de viver naqueles períodos, a ponto de se cimentarem hábitos que foram transpostos para o período subsequente, isto é, o pós-colonial. Para tal, se o escravismo é analisado no interior da primeira modernidade europeia, a colonização, principalmente a efetiva, é analisada num segundo momento, o da segunda modernidade, naquele em que, segundo Grosfoguel, se determinava ao africano: “Civiliza-te ou dou-te um tiro”<sup>5</sup>. Este ditame para o africano era sinónimo de uma cega sujeição aos preceitos da cultura europeia, no caso em epígrafe, a portuguesa, a qual devia constituir-se em espelho para a sua vida cotidiana e cujo reverso seria a condenação das culturas locais.

A primeira expansão europeia, que coincide com a primeira modernidade, por ter sido inicialmente mercantilista e com certa integração de missionários, teve um carácter que dificilmente teria proporcionado a demarcação de territórios. Tal dificuldade resultava em virtude

4 Peter Berger e Thomas Luckmann, *A construção social da realidade*. 27.<sup>a</sup> edição (Petrópolis: Editora Vozes, 2007), 77-78.

5 Ramón Grosfoguel, “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in *Epistemologias do Sul*, Série conhecimento e instituições, org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Coimbra: Almedina, 2009), 409.

dos respetivos atores, comerciantes e evangelistas, estarem uns ligados a capitais circulantes e não fixos e outros à difusão do Evangelho em zonas ecúmenas. Por essas duas vias, os atores dificilmente se fixavam permanentemente no mesmo território, senão em períodos efêmeros. Para todos os efeitos, os países foram coagidos a circunscrever zonas de ação, senão mesmo de fixação definitiva, ao longo da zona costeira. Foi assim que, para o caso da costa oriental Africana, onde se integra a área de estudo, Portugal fixou feitorias em Sofala e na Ilha de Moçambique, em 1505 e 1507, respetivamente.

A ocupação de territórios por parte das companhias comerciais europeias visava a criação de feitorias permanentes, já que, até ao século XIX, nenhuma empresa europeia se internara pelo continente. Sendo os próprios africanos a controlar as rotas comerciais do interior para a costa, pelo menos até àquele século, a demarcação desses territórios permanentes na costa era uma imperiosidade, justamente por ser desaguadouro de produtos comercializados<sup>6</sup>. Foi nesse âmbito que, no caso de Portugal, país que desenvolveu a colonização e o processo escravocrata da era moderna em Moçambique, passou a controlar territórios costeiros a partir do século XVI, com a construção das primeiras feitorias e fortalezas mencionadas anteriormente.

Aquelas e outras feitorias, feiras e fortalezas não só eram necessárias para a tal captação de produtos desse comércio unidirecional interior-costa mas, fundamentalmente, serviam para se evitar que súbditos portugueses metropolitanos, a título individual, se internassem pelo interior e dificultassem a garantia do monopólio das feiras régias situadas na costa<sup>7</sup>. Ademais, considerando que a primeira expansão foi talassocrática, isto é, dependente do domínio dos mares e oceanos, era de esperar que, geopolítica e estrategicamente, houvesse a projeção de pontos de apoio para esse comércio internacional, de onde imperou a presença de tais entrepostos.

6 Anna Maria Gentili, *O leão e o caçador. Uma história da África sub-saariana*, Estudos 13 (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999), 13.

7 Alexandre Lobato, *Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique* (Lourenço Marques: 1972), 3-4.

Apesar de descontínuos, na medida em que Portugal ocupava partes do vale do Zambeze, Quelimane, Ilha de Moçambique e mais tarde Inhambane e Lourenço Marques, cada ponto com o seu próprio feitor ou capitão, tais territórios chegaram a constituir um conjunto, projetando um domínio costeiro, como o que, no caso da costa ocidental oceaníndica, estendia-se desde o Cabo das Correntes a Guardafui, isto é, entre a atual província de Inhambane, em Moçambique, até à atual Somália<sup>8</sup>. Esse espaço, apesar de ter tido um controlo esporádico e inconsistente, passou a receber vários tipos de produtos que capitalizavam a atividade comercial<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, conseguiu ser a zona *pivot* do comércio de homens escravizados para as ilhas do oceano Índico, primeiro, e, mais tarde, ou simultaneamente, para o circuito transatlântico. Por este último circuito, pessoas escravizadas de distintos territórios da costa oriental africana, principalmente, do território que posteriormente veio a ser designado Moçambique, foram canalizados para a América. Foi pela sua durabilidade e consistência que, efetivamente, este sistema económico veio a ter um carácter específico.

Quanto a essa peculiaridade do escravismo económico<sup>10</sup>, e partindo de um caso específico ocorrido no Brasil, mas com uma similitude ao que veio acontecer na costa oriental africana dois séculos depois, um autor deixa apreender que aquela se desenvolveu em condições económicas específicas, com características dissonantes em relação ao escravismo precedente ou ao comportamento societal presente localmente ou em Portugal no momento da sua introdução, isto é, no século XVI<sup>11</sup>.

8 Armando M. Marques Guedes. “Organização administrativa de Moçambique”, in *Moçambique, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo 1964-1965* (Lisboa: ISCSPU/UTL, 1966), 344.

9 Referindo-se ao período de prevalência do comércio de homens escravizados, Rocha aponta que “para além de persistir o tráfico clandestino de escravos, tinha começado a desenvolver-se um comércio de produtos que incluía as oleaginosas, como o gergelim e o amendoim, a borracha, a casca de mangal, a madeira, a goma copal, etc., cuja comercialização era activamente fomentada por casas comerciais de origem francesa, alemã, holandesa e portuguesa”. *Vide* Aurélio Rocha, “Resistência em Moçambique: o caso dos suailis: 1850-1913”, in *I Reunião internacional de História de África: Relação Europa-África no 3.º quartel do século XIX* (Lisboa: IICT, 1989), 595.

10 O termo escravismo económico é usado em contraposição à escravatura que era destinada aos haréns árabes, onde a posse de homens escravizados era mais de ostentação ou demonstração da opulência, para além dos então convertidos serem destinados aos trabalhos domésticos e palacianos.

11 Jacob Gorender, *O escravismo colonial*. 6.<sup>a</sup> edição (São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016), 88.

Mesmo que de forma incipiente, foi durante a primeira modernidade que Moçambique passou a exportar escravos, em menor escala, para fora de Moçambique. A esse propósito, Medeiros alude que “o tráfico de escravos da África oriental para as Américas foi de pouca monta até ao século XVII, desenvolvendo-se nos finais deste e durante o século XVIII<sup>12</sup>. De facto, só foi neste último século que o escravismo colonial em Moçambique ganhou forma, ainda durante o primeiro quartel do século,

[...] precisamente a partir de 1721, mais ano menos ano, [...] [quando] milhares de africanos foram raptados aos seus grupos sociais de origem e transportados para as ilhas do Oceano Índico, aumentando assim o número dos que tinham e continuavam a ser levados não só para as Américas como para as terras sob domínio dos árabes na Ásia, sobretudo pelo Golfo Pérsico<sup>13</sup>.

A partir deste momento impôs-se como a principal forma de reprodução das companhias comerciais portuguesas na costa oriental africana. O seu auge ficou bem expresso em um documento de meados do século XIX que indicava que

os rendimentos publicos poderiam ser mui avultados se fossemos senhores de facto d’esta tão rica e vasta possessão – se a indolencia não afastasse estes habitantes do trabalho, e se em lugar dos mesmos se entregarem ao abominavel trafico de homens, para que o geral tem muita tendencia, empregassem como convinha empregar na cultura dos extencíssimos e incultos terrenos de rios de Senna os escravos que ou occultamente vendem, ou quase inutilmente conservão [...] <sup>14</sup>.

12 Eduardo Medeiros, “Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique”, *Ponta de Lança* (São Cristóvão) 12, n.º 23 (jul.-dez. 2018): 168.

13 Medeiros, *Moçambicanização dos escravos*, 168.

14 Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Moçambique, 2 de janeiro de 1850, doc. n.º 107/850.

Segundo um outro documento de meados do século XIX, a própria capital da colónia de Moçambique vivia sob a proteção de senhores de escravos, os quais chegavam a fornecer alguma milícia ao governo, que, entretanto, era manipulada em função do desejo dos respetivos senhores.<sup>15</sup> Este processo era sinónimo de que o escravismo penetrava até nos setores mais sensíveis da gestão colonial, indício de ter marcado uma época específica e de ter sido estruturante.

Foi pelo fato de o escravismo colonial ter tido um grande poderio na colónia de Moçambique que propiciou práticas recorrentes que, por se constituírem em atos contínuos, sedimentaram-se em normas. Tais normas corporizaram, em certas realidades, comportamentos que, em última instância, caracterizaram, durante o período colonial, e ainda caracterizam realidades do Estado moderno em Moçambique. Ademais, o escravismo colonial, na sua fase económica, determinou um período histórico específico, demarcado, para o caso moçambicano, geralmente entre 1750 e 1836, ano da sua abolição, pese embora tenha continuado, de forma dissimulada ou clandestina, até à primeira década do século XX<sup>16</sup>. A geografia política colonial portuguesa na costa oriental africana propiciava a possibilidade de continuidade do comércio, sob formas clandestinas, em virtude de existirem, em Moçambique e em Portugal, condições para o efeito. A esse propósito, Zamparoni aponta que:

15 Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Moçambique, Gabinete do Governador Geral n.º 271.

16 Segundo Regiane, a abolição total do comércio de escravos ocorre em julho de 1842, altura em que navios ingleses passaram a vistoriar navios e a julgar tripulantes envolvidos no tráfico, que já passou a ser considerado, ilícito. Regiane Augusto de Mattos, “Comércio de escravos, relações de lealdade e expansão do Islã: razões e estratégias de Angoche para resistir à dominação portuguesa em Moçambique”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (São Paulo: ANPUH, 2011), 3, [www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308141367\\_ARQUIVO\\_completoRegianeMattos.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308141367_ARQUIVO_completoRegianeMattos.pdf). Quanto à sua continuidade clandestina, Gutiérrez, numa resenha do livro de José Capela e Eduardo Medeiros atesta que “a transição para outras formas foi lenta e tortuosa e a exportação de braços para as plantações francesas continuou, embora com fachadas diferentes. Entre 1854 e 1902, aproximadamente, ocorre o tráfico de trabalhadores ‘livres’ (‘libres engagés’) em condições não muito diferentes da dos escravos, senão iguais, ao menos até 1881”. Ver Horacio Gutiérrez, “Capela, José & Eduardo Medeiros, O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902. Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987”, *Revista História* (São Paulo) 120 (jan.-jul. 1989), 183-85; *Vide* ainda Medeiros, *Moçambicanização dos escravos*, 168.

Basta lembrar que a soberania nominal e a presença simbólica em pequenos pontos dos territórios africanos fazia com que, mesmo que se quisesse, pouco poderia ser feito em relação à continuidade do tráfico: potentados e chefaturas africanas agiam a seu bel-prazer e, nas áreas em que teoricamente Portugal exercia controle efetivo, as autoridades administrativas e colonos estavam envolvidos no lucrativo comércio dos corpos negros [...] [sendo que] a sucessiva edição de leis sobre o assunto mostra o quanto eram ignoradas<sup>17</sup>.

Dessa forma, o escravismo constituiu a sua própria dinâmica em uma longa duração, sendo que, apesar de ter sido integrado na dimensão colonial, criou a sua própria estrutura, com temporalidades diferenciadas. Essa incidência temporal é demarcada nos manuais escolares de Moçambique como período de “comércio de escravos”, que decorreu depois do de ouro e do de marfim e antes do das oleaginosas.

Ainda no quadro da demarcação das suas distintas temporalidades, a ponto de ter condicionado a prevalência do escravismo colonial em Moçambique, principalmente em uma altura em que outras potências haviam abolido o comércio de homens escravizados, condicionou que todos os escravos que saíssem da África Oriental durante o século XIX fossem designados Moçambico/Mozambiques e ou Makoas (Macuas)<sup>18</sup>. Se a primeira designação pode estar ligada ao principal porto de saída de escravos, situado na então capital da colônia e no continente fronteiro à ilha de Moçambique, onde existia uma rampa que conduzia os escravos aos navios negreiros, a última, a dos Macuas, remetia, entretanto, a uma identidade étnica e regional, a dos *Amakhuwa*. Este grupo social foi o mais acossado pelo tráfico de homens escravizados na

17 Valdimir Zamparoni, “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”, *Africana Studia*, 7 (2004), 300.

18 *Vide* Eduardo Medeiros, *As etapas da escravatura no Norte de Moçambique* (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988), 26; Medeiros, *Moçambicanização dos escravos*, 173; Veja-se também Edward Alpers, “Moçambique marítimo (séculos XIV-XXI)”, *Revista História* (São Paulo) 178 (2019): 19, <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.143950>.

África Oriental, especificamente na vasta região entre os rios Rovuma, ao norte, e Zambeze, ao sul.

Finalmente, durante o período da sua existência, o escravismo colonial teve consequências tão nefastas quanto a própria colonização. Foi assim que, pela sua permanente manifestação, nos mesmos espaços territoriais, propiciou a continuidade dos seus efeitos, mesmo depois da sua abolição, criando um autêntico paradoxo já que, pelo seu caráter e enquanto persistiu, dificilmente propiciaria, em condições normais, a sua abordagem. De facto, quando menos se esperava por essa abordagem, que normalmente só podia acontecer no âmbito das memórias coletivas hibernadas ou deliberadamente silenciadas, com o fim de se evitarem animosidades, eis que alguns reflexos vão despontando nas diversas vivências em Moçambique<sup>19</sup>.

Se essa primeira fase mercantil portuguesa circunscreveu uma colonização apática em pequenos espaços costeiros, o processo mudou a partir do segundo quartel do século XIX, com uma pretensa conquista de espaços, dando início à ocupação de territórios definitivos. De facto, tal viragem resultava como impacto de um conjunto de ocorrências iniciadas nos anos 20 e continuadas nos anos 30 daquele século. De entre tais ocorrências contavam-se, sobremaneira, a independência do Brasil em 1822 e o seu posterior reconhecimento pela Coroa portuguesa em 1825<sup>20</sup>. A segunda razão substancial ficou a dever-se ao processo de abolição do tráfico de pessoas escravizadas no espaço português, em 1836<sup>21</sup>. Finalmente, Portugal sofreu um conjunto de pretensões territo-

19 Inversamente, a sua revisitação seria em situações em que fosse para o referenciar enquanto processo desumano a ser evitado por todos os meios ao alcance das sociedades humanas.

20 Capela aponta que desde que os portugueses admitiram como irreversível a independência do Brasil, a partir de 1830, viraram a sua atenção para as colónias africanas. *Vide* José Capela, *Escravidão: a empresa de saque. O abolicionismo (1810-1875)* (Porto: Afrontamento, 1974), 226.

21 Com a abolição do comércio de escravos, Portugal foi coagido a procurar outra forma de rentabilizar as suas colónias africanas, como o desenvolvimento da agricultura, do comércio e indústria. *Vide* Sebastião Botelho, *Escravidão: benefícios que podem provir às nossas possessões d'África da proibição daquele tráfico* (Lisboa: 1840). A este propósito, Zonta aponta que “com a abolição do tráfico (1836-1842), pelo menos em termos oficiais, Moçambique perdeu a sua mais valiosa fonte de receita”, ver Diego Zonta, “Moçambique no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo”, *Dimensões* 28 (2012): 315-38, <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/4320/3380>.

riais conduzidas pela Bélgica e pelo Brasil sobre as colônias portuguesas, ocorridas em 1836 e 1839, respetivamente<sup>22</sup>.

Todas as ocorrências indicadas, ameaçando a continuidade das pretensões territoriais de Portugal sobre as terras adjacentes ao Oceano Índico Ocidental, obrigaram a viragem do país para o início da ocupação de territórios a partir de 1876, com a conversão do anterior sistema de prazos em prazos da coroa, processo que culminou com a ocupação definitiva de territórios no segundo decénio do século XX<sup>23</sup>. Esse mecanismo, por via de uma astúcia diplomática de Portugal, o país procurara, bem antes, garantir a proteção dos seus territórios, convocando outros países à partilha de África<sup>24</sup>. Desse início da colonização efetiva de territórios sedimentaram-se práticas e normas comportamentais que se refletiriam numa fase posterior à da colonização, isto é, depois de Moçambique se ter emancipado politicamente, num processo descrito como revolucionário ou de rutura.

Depois da ocupação definitiva dos territórios que passaram a compor a Colónia de Moçambique, Portugal introduz um conjunto de mecanismos visando circunscrever a sua ação político-administrativa, económica e cultural, como marcos para assinalar o fim da *manu militari*<sup>25</sup>. Entretanto, em Moçambique, o fim das contendas militares não significou a concretização automática daquelas ações. Ademais, a imposição dos sistemas não foi simultânea, do que se infere que a real circunscrição da portugalidade, no território cobiçado, terá ocorrido

22 Capela, *Escravatura: a empresa*, 227.

23 Uzoigwe, *Partilha europeia*, 32. Entretanto, a definição de territórios definitivos parece ter seguido outras dinâmicas nesta região do continente africano, ao antecipar-se ao período indicado por Uzoigwe. Já a partir de 1834, Portugal havia iniciado a demarcação dos seus territórios definitivos na costa oriental africana, na sequência da introdução de governadores militares, responsáveis, segundo Botelho, pela aquisição de parcelas territoriais. Vide Teixeira Botelho, *História militar e política dos portugueses em Moçambique: De 1833 aos nossos dias* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921), 9.

24 Uzoigwe, *Partilha europeia*, 33.

25 Segundo B.O.M. n.º 27, de 30 de junho de 1921, I Série, doc. 68, do Alto-Comissariado da República, foi em 1921 que se extinguiram os comandos militares e em seu lugar foram criadas circunscrições civis, as quais iniciam a verdadeira colonização. Vide também Soares de Castro, "Apontamentos para a história de uma jovem cidade", *Boletim do Museu de Nampula*, coordenado por M. A. George e A. Pereira (Nampula: s.e, 1961), 106 ou ainda Dagoberto Garcia, *Evolução histórico-administrativa do distrito de Moçambique: 1895-1934* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1964), 339.

quando o último daqueles, que foi o cultural, viu a sua implementação eficazmente plasmada no terreno.

A concretização do poder político-administrativo, por causa da falta de pessoal que pudesse levar a cabo a gestão territorial, só foi possível depois do golpe de Estado de 1926, pelo qual foram introduzidos os mecanismos legais subsequentes, como aconteceu com o Ato Colonial de 1930 e a Constituição de 1933, que, efetivamente, deram o arranque ao Estado Novo em Portugal, por via do qual o país conseguiu estreitar a ligação com as suas colónias africanas, no geral, e com Moçambique, em particular. Mesmo assim, a primeira operacionalização do ciclo administrativo efetivo em toda a colónia teve que esperar pela montagem da carreira de inspetores administrativos, em 1936. Até esse ano, a falta desse pessoal era recorrentemente assinalada em relatórios administrativos, e nem mesmo tal característica teve o seu fim com a introdução daquele corpo de inspetores. Um documento dos derradeiros momentos da colonização clamava ainda pela existência de um corpo administrativo competente e suficiente<sup>26</sup>.

Quanto ao setor económico, a sua viabilização ocorreu com a difusão de mecanismos legais, de entre eles a lei do condicionamento industrial, de 1931 e depois de 1936, e a da introdução de culturas obrigatórias, em 1938 e 1941, de algodão e do arroz, respetivamente. Note-se que os empreendimentos económicos precedentes foram um verdadeiro fiasco. A esse propósito, Fortuna assinala o fracasso da produção algodoeira em Moçambique após a sua introdução em 1926, em resultado da relutância dos africanos em produzir algodão, bem como por falta de meios no governo português para salvar a situação<sup>27</sup>. Logicamente, a falta de controlo político-administrativo sobre os nativos constituía-se no fundamento essencial para esse descalabro. Sem tal controlo, era

26 Em 1965 assinalava-se em um documento que o problema mais difícil e de mais lenta solução no espaço imperial português era encontrar quadros técnicos suficientemente preparados para o cumprimento da missão nos serviços centrais de planeamento e integração. República Portuguesa, *Regime do condicionamento industrial no espaço português. Promulgado pelo Decreto-Lei n.º 46 666, de 24 de Novembro de 1965* (Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1965), 7.

27 Carlos Fortuna. *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)* (Porto: Edições Afrontamento, 1993), 115.

impensável Portugal que pusesse em ação qualquer projeto económico no terreno.

Finalmente, o setor cultural foi o que viu a sua viabilização ocorrer em Moçambique, só depois da assinatura dos Acordos Missionários de 1940-41. A partir deste momento, a Igreja Católica, que ficou com a responsabilidade da educação para os indígenas, passou, daquele ano para diante, a implementar efetivamente a direção cultural na colónia de Moçambique, não só por via do sistema escolar, mas também do catequético.

A conjugação da implementação dos diferentes setores anteriormente abordados daria, em última instância, as bases da real inserção de Portugal em Moçambique, isto é, sinónimo da colonização efetiva nesta colónia, mesmo que para outros domínios imperiais ou mesmo do sistema português, como por exemplo em Cabo Verde, tais processos tivessem ocorrido com alguma precedência, parte deles com uma antecipação secular.

No quadro da gestão do território de Moçambique, depois de sucessivos colapsos administrativos ocorridos durante a Primeira República, Portugal, como que para cimentar o seu sistema de administração direta, implementou um sistema corporativo de gestão da colónia. Esse corporativismo foi sinónimo de um controlo absoluto do Estado, o qual se estendia a todas as colónias, com a presença de medidas repressivas, como a prisão do Tarrafal, em Cabo Verde, que passou a receber opositores políticos do período<sup>28</sup>. Pelos regulamentos que definiam o lugar de cada um nos distintos territórios, o Estado português continuou, mesmo no auge da sua implementação, a integrar os nativos em circunscrições civis, através das quais era fácil controlar a sua mobilidade, por via de um documento de identificação: a Caderneta Indígena<sup>29</sup>.

28 De facto, segundo Rampinelli “a prisão do Tarrafal, em Cabo Verde, tornou-se o símbolo emblemático da repressão do Estado Novo”. O autor acrescenta ainda que “a esta violência física pode agregar-se a ideológica, já que o Decreto-Lei n.º 27 003, de 4 de setembro de 1936, introduzia um juramento de lealdade que deveria ser prestado pelos detentores de cargos públicos e que dizia: “Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas.” Ver Waldir José Rampinelli. “Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo”, *Lutas Sociais* 18, n.º 32, (jan.-jun. 2014): 124, [www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/waldir\\_jose\\_rampinelli.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/waldir_jose_rampinelli.pdf).

29 Segundo Meneses, era “a identidade de cada um [...] fixada nos documentos oficiais, verdadeiros *curricula vitae* dos seus detentores [...] para os negros, naturalizando-o pela sua pertença

No âmbito social, o sistema colonial português introduziu o indigenato, o qual passou a ter uma dupla validade. Por um lado, ele garantia a reprodução da mão de obra visando a rentabilização da economia colonial e, por outro lado, definia o lugar do nativo no quadro societal ora imposto. Esse posicionamento do nativo era mantido, exceto em situações em que determinados indivíduos pudessem passar, por um processo de assimilação, para uma camada equiparada à dos civilizados<sup>30</sup>. Essa definição de quem era o indígena, não sendo algo mimético, estava salvaguardada na mais alta legislação imperial, isto é, na Constituição. Sobre tal realidade, Sousa aponta, em um seu ensaio, que a Constituição de 1933, ao ter integrado o Ato Colonial, que em si continha o “Estatuto dos Indígenas” para as colónias de Guiné, Angola e Moçambique, segundo o qual o indígena podia passar à situação de “assimilado” e adquirir a cidadania portuguesa, indicava um ordenamento jurídico do Estado Novo racialmente discriminatório, etnocêntrico, colonialista e de subalternização dos negros<sup>31</sup>.

Na arena económica, o nativo estava adstrito à produção de matérias-primas necessárias à indústria metropolitana, no quadro da complementaridade económica preconizada desde o Ato Colonial, de 1930. Por via disso, ficou afastada qualquer reprodução económica que estivesse fora dos ditames coloniais, com impacto significativo sobre a rentabilidade individual e familiar. Do que se pode inferir, durante o escravismo colonial e a própria colonização no geral, o nativo foi coagido a responder a uma demanda externa, tendo sido, na primeira, ele próprio uma mercadoria que, ao ser transformado em homem escravizado, constituía-se na própria ferramenta para a extração de produtos e, na segunda, como mão de obra barata nos diferenciados trabalhos forçados

ao mapa étnico de Moçambique”. Maria Paula G. Meneses, “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *e-cadernos CES*, parágrafo 51, <https://doi.org/10.4000/eces.403>.

30 De facto, os assimilados à civilização portuguesa tinham uma posição dúbia no sistema social montado, na medida em que, apesar de passarem para uma nova categoria, a sua integração era precária, ficando em uma posição subalterna. Sobre essa realidade, Cota assinalava que mesmo que legalmente se assumisse a tal integração do nativo na vida social portuguesa, efetivamente aquela nunca chegava a ser real. José Gonçalves Cota, *Projecto definitivo de estatuto do direito privado dos indígenas da Colónia de Moçambique* (Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946), 63.

31 Jorge Pais de Sousa, “O Estado Novo de Salazar como um fascismo catedrático: Fundamentação histórica de uma categoria política”, *Intellectus* 21, n.º 2 (2022), 23, <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/17731/19885>.

a que estava sujeito, fundamentalmente sempre que Portugal pudesse escudar-se em trabalhos identificados como sendo de utilidade pública.

### **Transculturalidade paradoxal adveniente do escravismo e do colonialismo em Moçambique**

O escravismo colonial e a colonização, quando avaliados pela maneira como se manifestaram sobre os grupos sociais constrangidos, dificilmente indicariam a prevalência dos seus traços no período pós-colonial, especificamente nos territórios em que gerações contemporâneas ao seu decurso sofreram sevícias brutais. Entretanto, uma observação atenta dos dois fenómenos leva a crer que teria sido estranho se o escravismo e o colonialismo não tivessem tido algum impacto duradouro em Moçambique, pelo facto de os dois sistemas de exploração não só terem subsistido, envolvendo diferenciadas gerações, mas também, e em consequência, terem moldado um certo espírito de vida para atores e vítimas diretamente envolvidos, os escravocratas e colonizadores e os homens escravizados e colonizados, respetivamente.

A proposição do presente artigo é a de que se manifestam, atualmente, certas práticas sociais e coletivas em Moçambique, algumas de difícil percepção e outras com uma manifestação aberta, mas que pela forma e carácter não encontram alicerces da sua ocorrência senão antes do período hodierno. Para tal, a sua ocorrência reenvia o leitor a identificar os seus fundamentos no escravismo e na colonização ou a práticas sistematizadas nestas duas formas de reprodução económica colonial<sup>32</sup>. Os resultados, muitos deles observáveis ao nível comportamental, podem ser repertoriados encarando-os no lado do psicossocial. Por essa via esboçam-se processos transculturais, entendidos neste trabalho no âmbito da “etnopsicanálise [que] propõe a discussão das representações culturais que providenciam um marco na construção das narrativas dos migrantes, cujo propósito é ajudar a estabelecer uma conexão entre o presente e o passado dos sujeitos que migram para outra cultura”<sup>33</sup>.

32 Aliás, certas práticas, como as do pessoal anteriormente assimilado, não deixam dúvidas da sua ligação com o período colonial, na medida em que este pessoal se vangloria abertamente de ter recebido o seu comportamento naquele período.

33 Lisette Weissmann, “Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade”, *Revista Construção Psicopedagógica* 26, n.º 27 (2018): 25, <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v26n27/04.pdf>.

Pegando na acepção de Weissmann sobre a transculturalidade, para o presente artigo são considerados migrantes não como grupos sociais que transpõem uma espacialidade territorial, mas os que, por via longitudinal, transpõem temporalidades, carregando adereços culturais de gerações precedentes. Assim, para o caso de Moçambique, tal transculturalidade emerge quando esse transporte de valores culturais se opera entre dois momentos históricos diferenciados, o colonial e o pós-colonial, transpondo um hiato, representado, neste caso, pela independência nacional que, por sinal, marcou o início de uma nova etapa, pretensamente bem diferente da precedente.

A independência, por ter sido revolucionária, com a instituição de uma nova ordem social, constituiu-se na premissa que propiciou o tal processo transcultural. Tal independência, ao ter sido consubstanciada pela introdução da figura do “Homem Novo” e que, de forma premeditada, excluía alguma possibilidade de diálogo com o período precedente, por ser considerado retrógrado, criava um verdadeiro hiato expresso.

A paradoxalidade do processo emergiu do inesperado transporte de traços culturais do período ora renegado pelo grupo social que veio a gerir o período pós-colonial. Tal como aponta Matsimbe, a esse propósito, “praticamente, a nova liderança dos Estados independentes reproduziu as instituições, políticas e *modus operandi* coloniais, o que levou a que muito rapidamente os novos Estados se assemelhassem ao antigo regime colonial contra o qual os libertadores lutaram”<sup>34</sup>. Grupos geracionais que haviam experimentado formas de vida durante o período colonial e que haviam sido sujeitos a processos coloniais e servil permanentes puderam reproduzir, no período pós-colonial de Moçambique, vivências hibernadas, enquanto mentefatos ou artefatos, de forma propositada ou não, consciente ou inconscientemente.

O seu resgate, ao que parece, resultou do facto de tais realidades manifestarem experiências, tenham sido positivas ou não, para os respetivos atores ou por terem algum significado para os mesmos no interior de um quadro relacional presente em um determinado contex-

34 Zefanias Matsimbe, “Partidos libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique”, in *Desafios de Moçambique 2017*, org. Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco (Maputo: IESE, 2017), 61.

to. A esse propósito, Dubar aponta que “a aprendizagem experiencial permite por ela própria a implementação da reflexividade, isto é, a construção duma identidade reflexiva que devolve sentido a uma prática onde se tem sucesso”<sup>35</sup>.

Em uma outra análise, crê-se que esse transporte de valores do período anterior não resultou apenas pelo fato de terem sido comungados durante largos tempos durante o período colonial, mas, fundamentalmente, por conta da inépcia administrativa cimentada em Moçambique no período pós-colonial. Por conta da manutenção de uma certa ociosidade permanente, tal como se evidencia mais adiante, foram simplesmente reintroduzidos processos por não se conhecer outra forma de execução fora da precedente.

Ao que tudo indica, dado que a emancipação política de Moçambique foi seguida pela emergência de incertezas, principalmente quando os planos centrais para todas as áreas começaram a colapsar, iniciou-se um processo paralelo de procura de alternativas de sobrevivência individual ou grupal. Uma das saídas foi a rebusca das experiências precedentes, isto é, o resgate do conhecido, o qual proviria de duas fontes.

A primeira repousaria em práticas locais dos distintos grupos sociais que despontam em Moçambique, concebidas, em outras literaturas, como tradicionais, que representavam as sociabilidades primárias<sup>36</sup>.

A segunda proviria de práticas experimentadas durante o período colonial que, neste caso, seriam as secundárias e que, para o caso em epígrafe, relacionam-se com o conteúdo desenvolvido no presente artigo. De facto, entre as duas práticas, ao haver uma grande possibilidade de viabilização das últimas, em virtude de serem as que se podiam encaixar às formas de gestão burocrática do Estado pós-colonial, o resgate desta socialização secundária prestava-se mais necessário e significativo. De certa maneira é aqui que

35 Claude Dubar, *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação* (Porto: Edições Afrontamento, 2006), 158.

36 *Vide* a aplicação do termo tradicional a tudo o que emane de práticas do meio rural em Vítor Alexandre Lourenço, “Estado, autoridades tradicionais e transição democrática em Moçambique: questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas”, *Cadernos de Estudos Africanos* 16-17 (2009): 118, <http://journals.openedition.org/cea/189>.

se esconde um paradigma apontado por Quijano como o da colonialidade: “trata-se de uma perspectiva cognitiva [desenvolvida] durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder”<sup>37</sup>.

A colonialidade explica, nesse contexto, como se operacionaliza a continuidade do poder eurocêntrico nos territórios onde anteriormente havia imperado a colonização europeia, mesmo em situações em que os seus mentores não estão diretamente ligados aos antigos territórios colonizados. Correlativamente, ela pode ser interpretada como manifestação de processos transculturais, pelos quais práticas do período colonial passaram para o pós-colonial, por via de agentes que dinamizaram o processo ou de indivíduos e ou coletividades que sofreram as consequências, quer do período colonial, no seu todo, ou durante o escravismo colonial que decorreu no interior daquele.

Dessa forma, trabalhando-se com certas práticas e setores que individualmente corporizaram, durante o período colonial, e corporizam, na atualidade, a funcionalidade das instituições e do Estado em Moçambique, seja partindo do período colonial para o pós-colonial ou vice-versa, é possível, no âmbito da etnografia do Estado, repertoriar as características que indiciem a tal transculturalidade, tal como se avança em seguida.

Uma característica geral que demarca os dois períodos pode ser avaliada a partir da situação narrada por um inspetor administrativo quando, depois de visitar a Colónia de Moçambique, concluiu que:

Por onde quer que passemos, em Moçambique, se erguem queixumes contra as normas burocráticas, em uso; contra os outeiros de papéis, que pejam as secretarias, e, hora a hora, trepam a cumeada mais alta, a fazerem-se montanhas. E com tais raciocínios, todos justificáveis, a impunidade acaba por cobrir o simpático delinquente... As actividades, em que mais se nos entremostra o cúmulo do

37 Aníbal Quijano, “Colonialidade do poder e classificação social”, in *Epistemologias do Sul*, org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Porto: Almedina, 2009), 75.

papel, são as de feição técnica. O médico não pode tratar dos doentes; não pode sair da secretária; não pode visitar postos sanitários e maternidades; mal pode empunhar o bisturi, porque o desgraçam de cima... O enfermeiro, em vez de tratar da freguezia hospitalar, vai preenchendo mapas [...] O agrónomo [...] não vai para o campo praticar o que estudou e sabe, porque os papéis, de cuja realidade nunca suspeitara, o tolhem, o absorvem, o esmagam, entre as paredes duma secretaria. E são esses, – os técnicos superiores e básicos da terra, – quem mais crucifixa as pobres autoridades administrativas, conferindo-lhes competência enciclopédica, rogando-lhes sugestões e alvitres, para culturas; cometendo-lhes serviços novos; exigindo-lhes estatísticas, e o mais que, de costume, brota de cabeças ôcas ou quasi<sup>38</sup>.

Essa disfuncionalidade administrativa continuou na década subsequente<sup>39</sup>, senão mesmo nos anos 60 do século XX, se se partir do princípio de que, por mais que tenha havido alguma perspicácia governativa, os problemas não podem ter sido sanados em um curto espaço de tempo.

Qualquer funcionário administrativo e utente dos serviços da Função Pública do período pós-colonial em Moçambique dificilmente estranharia o relato acima apresentado, pelo qual iria ver uma fotografia de 1947 que perdurou até aos dias atuais, certamente pelo fato de o atual

38 D. António de Almeida, Governo Geral, Circular confidencial – Para os governadores das Províncias do Sul do Save, Manica e Sofala, Zambézia e Niassa, de 20 de Maio de 1947, nota n.º 1572/B/15. *Relatório da Inspeção à Colónia de Moçambique pelo Inspector Superior (Anexos)* (1947), 244-45. A situação assinalada na citação é recorrente no Moçambique hodierno. Os dirigentes, normalmente comportando-se como chefes e nunca como líderes, são vistos como os onnipotentes e omniscientes, cuja última palavra e ou decisão é incontestável. Certamente esconde-se aí uma prática e pensamento de uma subserviência imanente na funcionalidade institucional, impedindo a criação de uma realidade sinérgica entre os componentes da organização.

39 Um governador do distrito de Moçambique, reportando a situação da administração nos anos 50 apontava o contínuo recrutamento de aspirantes administrativos que, na falta de concorrentes qualificados, recaía a indivíduos que não reuniam condições, sem interesse pelo trabalho de que eram incumbidos, cuja insuficiência qualitativa e a instabilidade dos servidores públicos constituíam os males fundamentais da administração. *Vide* António Lopes dos Santos, *Relatório do Governador do Distrito de Moçambique*. Distrito de Moçambique. Relatório n.º 716 (1959), 2-3.

modelo de gestão não dever nada ao que acima está exposto. Atualmente, em Moçambique basta ser “doutor”, designação dada às pessoas que têm alguma licenciatura em qualquer área de conhecimento, para desempenhar qualquer função. Isso ocorre até em setores sensíveis, como é o da educação, onde professores sem alguma competência em uma certa área recebem disciplinas a lecionar sem terem tido inicialmente a respetiva base científica. Em termos gerais, a burocracia tem sido o calcanhar de Aquiles para qualquer atividade que seja desenvolvida no país, como o era durante o período colonial.

Para o quadro da fiscalidade, das finanças e do controlo administrativo, que se situam no lado da indolência na fase atual, basta embrenhar-se na documentação atinente ao período colonial, seja do século XIX ou mesmo do XX, para se perceber o quanto os alicerces do comportamento desses setores são tão remotos e teimam em apresentar-se sem alguma alteração na atualidade. A esse propósito, um documento do século XIX é tão ilustrativo do que ocorre atualmente em Moçambique, ao assinalar que:

Exausto o cofre, e mal administradas as rendas públicas, pela inércia e immoralidade de parte dos empregados [...]. Os Feitores dos outros portos não cumprem melhor os seus deveres; [...] um ou outro navio, a despeito de todas as penalidades que tenha imposto, lá se introduz n’um ou n’outro ponto da costa e d’acordo com as actividades descarrega o que bem lhe convem – como desgraçadamente os traficantes e delapidadores tem sempre mais ou menos protecção, baldado é fazer-lhes instaurar processo, porque sahem tão puros e illibados, como uma vertical – acontecendo muitas vezes que aquelles mesmos que os denuncião são os primeiros, chegada a occasião do inquerito judicial, que declarão que tal não houve, e, nem se temem nem se envergonham de ser perjuros!<sup>40</sup>

O mesmo documento assinala que:

40 Arquivo Histórico Ultramarino – Pasta 12 – 1850, Capilha n° 1: Moçambique, 2 de Janeiro de 1850 Doc. n.° 107/850.

A ociosidade, ignorancia e indolencia que se nota em Moçambique, os costumes adquiridos em longos annos [...] tudo isto concorre para que muitos dos seus habitantes prefira a um interesse real e permanente [...] o precario e immoral trafico de homens. [...] os negreiros são uns delapidadores das rendas publicas, e destruidores de todas as especulações lícitas; porquanto não lhes permitindo o commercio, em que se empregão que se apresentem francamente, são n'um ou n'outro ponto introduzidos por contrabando, as suas carregações inteiras, podendo quem assim as compra dar lhes uma extracção com que não pode competir aquella que teria de pagar direitos, e d'aqui resulta que não só o commercio licito é gravemente ferido, mas ainda os rendimentos públicos são fraudulentamente distrahidos<sup>41</sup>.

Tal ato de concupiscência administrativa recorrente é assinalado por Papagno que, sobre o assunto, faz praticamente um resumo sobre esse comportamento durante todo o pretense período de colonização portuguesa em Moçambique, ao escrever que “ao longo dos últimos cinco séculos, esta classe soube conservar a sua posição hegemónica sobre a sociedade e garantir-se as fontes de riqueza, sem cuidar grandemente das condições gerais do país”<sup>42</sup>. Esta ideia de Papagno induz a saber que o sistema de gestão dos assuntos públicos em Moçambique foi, durante o período colonial, coberto por grande promiscuidade governativa, em que assuntos formais foram-se misturando com assuntos setários e privados.

No contexto económico, o Estado pós-colonial continuou a garantir formas de reprodução barata, num contexto de economia predatória, como o que ocorre por via das contribuições de mineiros, da mesma forma que o Estado colonial empregava a mão de obra nos países vizinhos com o fim de obter divisas. A esse propósito, Farré aponta, de facto,

41 Arquivo Histórico Ultramarino, Pasta 12, *ibid*.

42 Giuseppe Papagno, *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1988), 242-43.

que “o controlo desta força de trabalho – quer dizer, a apropriação de parte da produção derivada dela – tem sido um dos aspectos principais para a consolidação dos diferentes poderes e Estados na África Austral antes, durante e depois do sistema colonial”<sup>43</sup>.

Fora do quadro mineiro, o Estado é acusado de continuar a extorquir os cidadãos em outras áreas, tal como o era durante o período colonial, com a introdução de altas taxas em cujos serviços os consumidores dificilmente teriam espaço de manobra para não os ter ou fazer o seu usufruto. Por exemplo, tal como atesta a figura 1, recebida no Grupo do Parlamento Digital do WhatsApp, a 14 de março de 2022, questiona-se a forma como diversas instituições, entre municipais, públicas e centrais, justificam a cobrança de taxas para mesmas estradas. Tal questionamento não teria lugar se as estradas não continuassem esburacadas, do que se infere que aquelas cobranças não passam de uma simples coleta de dinheiro do pacato cidadão para fins diferentes dos preconizados, situando-se aí a tal extorsão.

43 Albert Farré, “Mercado de trabalho em Massinga. Entre a acumulação e as informalidades” (comunicação apresentada na III Conferência do IESE, Moçambique: Acumulação e Transformação num Contexto de Crise Internacional, Maputo, 4-5 de setembro de 2012), folha 2.

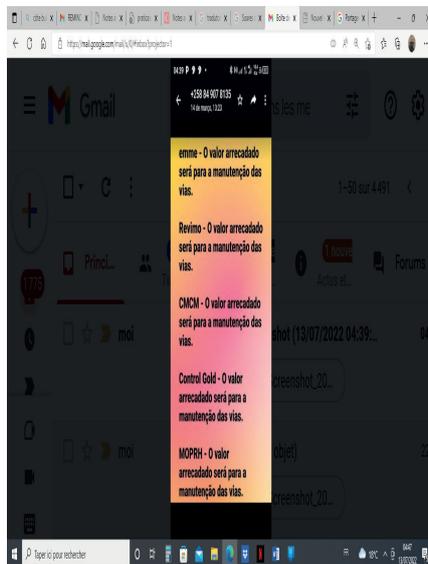


Figura 1

Crentes da anormalidade dessas cobranças e da sua natureza predatória, a 17 de março do mesmo ano, pelas 17h23, no grupo do WhatsApp anteriormente indicado, outra mensagem criticava, de forma satírica, o Estado, acusando-o de introduzir taxas até onde elas não eram aplicáveis (*vide* figura 2).

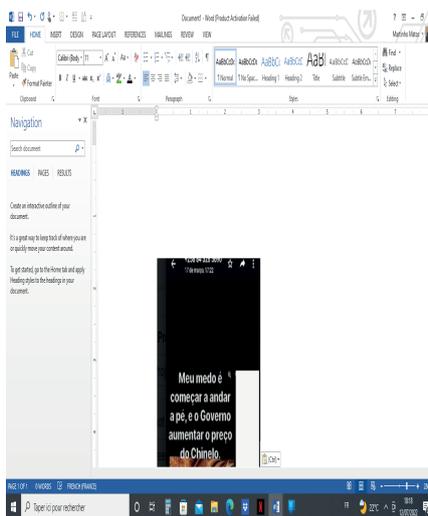


Figura 2

Essa crítica ocorreu de forma aberta contra a montagem desenfreada de portagens nas estradas moçambicanas que, nos últimos cinco anos, nunca foi entendida como uma base normal para a captação de receitas em benefício das respetivas estradas, mas como outra extorsão do Estado aos utentes das vias públicas que as frequentam.

Não foi por acaso que na plataforma do WhatsApp circulou, exatamente no dia em que se comemora o aniversário da independência de Moçambique, a 25 de junho, uma mensagem largamente partilhada expressando que a maneira como a FRELIMO governava o país não era diferente da gestão anterior (figura 3). Nesse âmbito, a governação pós-colonial ao ser equiparada à do período colonial indicavam-se-lhe os caracteres de relações ambivalentes, de exploração, presença de sevícias, catalogadas ao anterior regime, imputando-se a sua funcionalidade como de um novo colono, o que, no âmbito conceptual, resumia a colonialidade ou a configuração da transculturalidade. Não é por acaso que outra mensagem, difundida a 9 de junho, na plataforma do WhatsApp do Parlamento Digital, vem complementar a anterior, que, pervertendo o último verso da primeira estrofe do hino nacional de Moçambique “O Sol de Junho para sempre brilhará”<sup>44</sup>, reclama o facto de o mesmo não estar a contemplar todos (figura 4), tal como no iluminismo defendia-se a igualdade dos homens à nascença e, dessa ordem, abria-se a possibilidade de se partilharem direitos iguais.

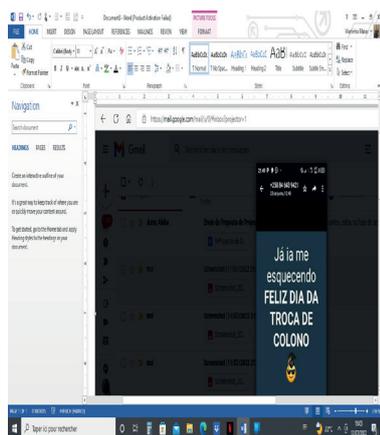


Figura 3

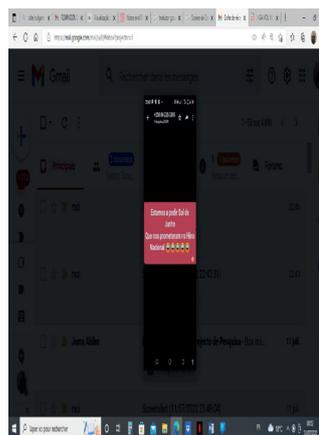


Figura 4

44 Vide o Hino Nacional de Moçambique, “Pátria Amada”, primeira estrofe, 4.º verso.

Várias outras características relativas ao comportamento económico que se desenham desde períodos remotos e com a mesma cadência na atualidade poderiam ser arroladas, se o intervalo para artigos do género não aconselhasse o contrário ou se tal arrolamento não viesse a criar algum enfado. Contudo, antes de encerrar, um testemunho merece ser trazido, justamente pelo caráter bivalente em relação aos dois períodos, isto é, o colonial e o pós-colonial de Moçambique. De facto, em finais do século XIX, um dos altos funcionários da Colónia de Moçambique apontava que:

Moçambique tem o infortunio, que affecta singularmente o seu viver economico como o seu viver administrativo [...]. Todos os seus colonos são de arribação. Não enraizam interesses no seu solo [...] para elles não ha futuro; o cultivador não planta arvores de que não possa colher o fructo, o commerciante não se desvela por conservar uma clientella e acreditar uma firma que os seus filhos possam herdar, o capitalista não se abalança a empreendimentos em que empate dinheiro, assim como a maioria dos empregados publicos só cuidam de passar o tempo necessario para ganhar o posto ou a reforma<sup>45</sup>.

Efetivamente, em Moçambique o comportamento generalizado da Função Pública, na atualidade, resume-se ao que o documento atesta, mas que dificilmente as próprias academias abordam, com o receio de os respetivos escribas serem direta ou indiretamente seviciados. Contudo, as citações mobilizadas atestam o quão facilmente podem ser encontradas similitudes entre a classe económica e administrativa do país de ontem/período colonial e de hoje/período pós-colonial, indiciando que a natureza de hoje foi herdada de um passado longínquo e que, reciprocamente, uns e outros, nada ficam a dever entre si. Contudo, é

45 António Ennes, *Moçambique. Relatório apresentado ao Governo de Sua Majestade* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1893), 37.

também lógico pensar que tal construção de um Estado pós-colonial num modelo inerte tenha resultado como contributo de um sistema cuja operacionalização arrancou com toda a carência tecnocrática implantada após a emancipação política de Moçambique, a qual se refletiu na total desregulação do país, bem como das carências de reprodução individual e familiar que, tendo impingido a implantação de um nepotismo, vieram, em última instância, influenciar a exacerbação de incompetências de vária ordem.

O sinal visível de que Moçambique continua a reproduzir a realidade do período colonial está no facto de a classe empresarial e política ter dificilmente criado condições para gerar uma renda que, até hoje, tenha proporcionado alguma pujança económica de relevo. Não foi por acaso que, como resultado desse carácter predatório do Estado, idêntico ao do período precedente, tenha criado um grande choque, em 2009, “[...] entre os doadores [...] quando os relatórios mostraram que, apesar de um crescimento económico forte de quase duas décadas, a pobreza aumentava, em vez de diminuir”<sup>46</sup>. De facto, uma realidade paradoxal estava à espreita, já que, efetivamente, o crescimento nunca chegou a condizer com os pressupostos da possibilidade de acumulação crescente de recursos, refletido num quadro de desenvolvimento económico capitalista. Aliás, a este propósito, Moçambique continuou a reproduzir um carácter ao qual sempre esteve ligado no período precedente, onde a sua produtividade dificilmente se chegou a refletir internamente. Por ser um território de extração primária de produtos, sob a demanda de agendas internacionais, o mesmo jamais teve a possibilidade de encontrar reflexos de desenvolvimento internos.

O que sempre continuou a acontecer foi, como durante o período colonial, um suposto crescimento interno, este situado ao nível da elevação dos índices de produção. Entretanto o correspondente desenvolvimento se situou em territórios exteriores àquele, principalmente na esfera euro-atlântica e, atualmente, também na *sinocrática*. De facto,

46 Bjørn Enge Bertelsen. “Efervescência efémera: levantamentos populares urbanos em Moçambique”, in *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*, organizado por Luís de Brito (Maputo: IESE, 2017), 128.

mesmo que para esta última esfera se propale um pretense win-win, nada tem propiciado o desejado desenvolvimento dos países em que a acção chinesa tem sido introduzida. Igual à primeira quanto aos seus resultados, a única diferença reside no facto da última esfera não possuir um histórico colonial anterior à emancipação dos países africanos.

Fora do económico e do administrativo, o período colonial introduziu outro pressuposto, de carácter cultural, que impactaria na fase ulterior sobre o comportamento de indivíduos seviciados, isto é, o dos nativos. De facto, grupos sociais locais ou endógenos foram impelidos a hibernarem-se, por conta da montagem de um sistema *eurocrático* que, manifestando a prevalência do poder europeu, se definiu, explicitamente, como unilateral e excludente. Sobre esse período, Gentili aponta que no período colonial foram avançados estudos etnográficos que objetivavam demarcar não necessariamente o diferente, mas um outro, o qual seria objeto de submissão e de dominação e que jamais seria autorizado a ter a palavra ou a contar a sua história, para além de ser catalogado no interior da cultura do dominador<sup>47</sup>.

Essa realidade colonial veio exacerbar o lugar extracultural do homem africano, que iniciara, entretanto, mais ou menos em 1750, com a escravatura económica no oceano Índico ocidental, continuando durante o período da implementação do projeto de exploração económico-capitalista colonial.

Essa formatação do nativo subjugado para uma condição indefinida ocorreu com a sua bestialização, isto é, a retirada da sua condição cultural a partir do século XVIII e durante os dois séculos ulteriores e, paralelamente, com a sua cooptação a um padrão cultural do colonizador. Esta nova condição marcava uma grande dose de falsidade, subjetivamente construída, na medida em que, durante os contactos entre europeus e africanos nos séculos XVI e XVII, houve um encontro dialógico mais ou menos recorrente, com o reconhecimento da culturalidade dos últimos pelos primeiros.

Contribuíram para a construção de um suposto carácter inculto do indígena africano, primeiro, a instabilização geral das zonas de captura

47 Gentili, *O Leão*, 10.

de escravos que, tendo provocado grupos errantes de um lado para o outro, propiciou a emergência de territórios e sociabilidades voláteis ou efêmeros, com consequências diretas sobre os marcos identitários.

A aculturação, senão mesmo a desculturação posterior, parcial ou totalmente, conduzi-lo-ia a uma situação de indivíduo sem rumo ou sem noção da sua própria existência. De facto, a escravização e a colonização deram origem a um processo de desligamento desse nativo africano, no geral, e do moçambicano, em particular, ao seu território e o desdém à sua cultura, com posteriores impactos significativos sobre o direito de pertença, a construção da cidadania e o dever de a defender, aspetos que, correlativamente, impedem a edificação de nacionalidades africanas e, no caso em estudo, da moçambicana. Sobre essa realidade, Martinho Pedro aponta haver em Moçambique um apego volátil ao torrão, pelo facto de os seus cidadãos nunca se sentirem responsáveis pela sua defesa e manutenção, um pensamento que resulta da prevalência de uma territorialidade minimalista imposta por um sistema estruturante estranho ao meio, num contexto hegemónico e excludente<sup>48</sup>. Por causa dessa natureza, “o Estado continua a ser visto como uma entidade exterior ao indivíduo [...] [o qual não] se espera que faça parte da solução dos problemas individuais e coletivos, o que, por via disso, dificilmente condiciona o comprometimento destes em sua defesa”<sup>49</sup>.

Uma outra característica particularidade que passou de um sistema para o outro foi a ociosidade. O escravismo colonial e o próprio colonialismo cimentaram, durante a altura da sua prevalência, uma atitude adversa a um trabalho direto, que envolvesse o emprego da força de trabalho por parte dos membros que dinamizavam aqueles processos. Recorde-se que tal ociosidade era assinalada como resultando de costumes adquiridos em longos anos em ligação ao comércio de escravos, tal como se assinala na nota 41 do presente artigo, mas também por causa da administração de uma educação formal ou oficial, dispensada

48 Martinho Pedro, “Moçambique: de colonização periférica à estruturação de dinâmicas voláteis e permissivas na contemporaneidade”, *Cadernos de África Contemporânea* 2, n.º 4 (2019): 44-46, <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14310/9778>.

49 Pedro, *Moçambique*, 48.

aos brancos, caracteristicamente orientada para essa linha. A crer em Gasperini, durante o período colonial a ociosidade era formatada pelo tipo de ensino que era dispensado ao pessoal europeu/branco. Segundo o argumento da autora, esse pessoal era formado em escola para o *homo sapiens*, urbana, laica, que cultivava o pensamento, a ciência e o saber-dizer, mas sem o saber-fazer, de onde vinha o ócio e a avidez pela administração<sup>50</sup>.

A presença desse pessoal ocioso no período pós-colonial em Moçambique é assinalada por Adelman, que acrescenta ainda o seu caráter indolente<sup>51</sup>. Se em Moçambique houve a manutenção do grupo de ociosos foi porque se resgatou o modelo funcional colonial que jamais foi modelo desenvolvido, como norma, no espaço ocidental, mas que foi prática no espaço ultramarino. Como afirma Meneses, “embora a dimensão política da intervenção colonial tenha sido amplamente criticada, o ónus da monocultura colonial epistémica ainda é actualmente aceite como um símbolo de desenvolvimento e modernidade”<sup>52</sup>. Foi por essa via que, depois da independência, para a institucionalização do Estado foram resgatados os traços fundamentais do modelo precedente, nomeadamente, o monolitismo, a centralidade governativa e o desdém pelo meio rural por qualquer indivíduo que consiga alcançar um patamar acima do da classe baixa. Lembre-se o comportamento do período colonial português sobre o mesmo espaço, o qual em vez de ser integrado num quadro territorial harmónico foi colocado como território à parte, o mato indesejável e que jamais era procurado pela população urbana e branca ou assimilada.

A transposição do modelo precedente era quase inevitável, em virtude de ser o único conhecido pela nova elite que estava a tomar as rédeas

50 *Vide* Lavinia Gasperini, “Direction culturelle, éducation et développement au Mozambique”, *Revue Tiers Monde* XXV, n.º 97 (jan. -mar. 1984), 27 e passim.

51 Sam Adelman, “Two Crises, Impoverishment and Sovereign Biopolitics” (comunicação apresentada na II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique, Maputo, IESE, 2009), 10.

52 Maria Paula G. Meneses, “Campos de violência, linguagem de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo”, in *Epistemologias do Sul*, org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Coimbra: Almedina, 2009), 181.

do país. Os novos membros nunca haviam conhecido outros pressupostos da Administração Pública fora dos do período colonial. Não foi por acaso que a saída massiva dos que anteriormente comandavam a máquina funcional do Estado colonial ditou todo o desregramento que aconteceu logo nos primeiros anos do Moçambique pós-emancipatório. Aliás, nos anos 80 e 90 do século XX, a total inépcia administrativa de Moçambique votou todos os setores ao colapso declarado, com a falência de todo o parque industrial e agrícola do país herdado do período colonial<sup>53</sup>.

Durante o período pós-colonial, com uma pequena exceção havida durante o curto período samoriano em que, pelo menos, houve uma intenção de a combater, a ociosidade foi mantida, pela integração de “camaradas” nos “cargos de confiança”, para preencherem lugares burocráticos que serviam para responder à demanda do funcionalismo público<sup>54</sup>. Nesse processo, dificilmente se contemplou o mérito ou a vocação.

A manutenção do Partido-Estado durante a Primeira República em Moçambique, entre 1975 e 1990, com a FRELIMO a outorgar-se como partido libertador, e as sucessivas vitórias deste partido em todas as eleições desde 1994, inviabilizou a expurgação de todo o funcionário pernicioso, sempre que este conseguiu garantir a sua lealdade política. O resultado é que a máquina administrativa praticamente continua inerte

53 Em parte, a falência do parque industrial e agrícola resultou do resgate de um dos elementos perniciosos instalados durante o período colonial, como foi a ociosidade, a qual, naquele período, resultava do facto de o branco esperar que a reprodução económica viesse do esforço do outro, nomeadamente, dos indígenas, cabendo-lhe apenas a tarefa de a administrar. Nesta nova fase, a máquina burocrática passou a ser tão complexa, para além de que, tal como no período colonial, o pós-colonial foi caracterizado pela empregomania, em que o Estado passou a constituir-se no seu principal provedor. Entretanto, tal corrida aos empregos fornecidos pelo Estado nem sempre era satisfeita por pessoas com competência específica, na medida em que Moçambique herdara, à altura da independência, cerca de 97% de analfabetos. Entretanto, é necessário assinalar que o tal analfabetismo era relativo à realidade portuguesa, na medida em, entre os alfabetizados, jamais foram contabilizados os nativos que, usando o alfabeto latino ou a escrita *adjami* ou árabe, conseguiam escrever nas suas línguas maternas.

54 O termo camarada foi usado entre os combatentes da anterior frente de luta pela emancipação política em Moçambique, ocorrida entre 1964 e 1974 e continuado depois daquele período como mecanismo de mútua identificação entre os membros do partido FRELIMO. Por sua vez, um *post* de 2 de junho de 2022 que circulou no Grupo de Parlamento Digital esclarece que “se os cargos de confiança dão segurança aos dirigentes a todos os níveis, verdade é que, também, abrem portas para todos os males que afetam a nossa sociedade”, havendo a percepção de que o seu uso poderá ter contribuído para a disfuncionalidade do Estado moçambicano.

desde os tempos da independência, ocorrendo a simples movimentação de quadros de um pelouro para o outro. Essa monotonia é quebrada, com alguma exceção, quando ocorre a inserção de alguns membros tentaculares entre jovens que saibam e consigam manter o braço sempre firme no ar, tal como se tem dito na gíria popular para referir o sinal de total lealdade política de um membro em relação ao partido.

Durante o momento pós-colonial, a questão da raça, que era dominante no período colonial, foi substituída pelo alinhamento partidário, ligações regionais ou de proveniência étnica, realidades que, segundo Posse, vêm se notabilizando em eleições, como as provinciais ou as autárquicas<sup>55</sup>. Aliás, tais alinhamentos político-partidários ocorrem também em eleições gerais, onde prevalece a lei de ganho total, pelo facto de o “modelo de democracia [...] [ser] baseado no princípio de ‘o vencedor leva tudo’ propicia[ndo] a partidarização do Estado e a consequente exclusão política”<sup>56</sup>.

Dessa forma, o Estado pós-colonial tem reproduzido um dos paradigmas do processo anterior. Por conta desse carácter, estando no comando de uma unidade territorial, todos os partidos têm excluído qualquer possibilidade de desenvolver uma gestão inclusiva, imperando uma monovalência, neste último contexto, territorialmente implantada. Nesse aspeto, mesmo os partidos da oposição que, desde o primeiro sufrágio multipartidário, têm reclamado contra o monolitismo da FRELIMO, sempre que tiveram a oportunidade de governar um município mostraram o mesmo comportamento.

Tal exclusão ocorre em um país onde a heterogeneidade, esta entendida como a presença de diferenças em qualquer um dos fatores que possam ser considerados como elementos de referência, como, por exemplo, a questão cultural, político-ideológica, ou outra, é recorrente. Não obstante essa heterogeneidade dominar todas as realidades sociais

55 Lúcio Posse, “Identidades étnicas e governação municipal: alguma notas para reflexão a partir o caso da Beira”, in *Desafios para Moçambique 2019*, org. Sérgio Chichava, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco (Maputo: IESE, 2019), 114.

56 Salvador Forquilha, “Descentralização e conflito em Moçambique: os desafios da construção do Estado”, in *Desafios para Moçambique 2017*, org. Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco (Maputo: IESE, 2017), 48.

em Moçambique, ou melhor, ser uma característica imanente do país, e mesmo que no período pós-colonial o sistema montado tenha sido pretensamente igualitário, Forquilha mostra que a mesma “não tem sido devidamente tomada em conta no processo da construção do Estado. Pelo contrário, a história da construção do Estado pós-colonial em Moçambique tem sido marcada pela negação da heterogeneidade e das diferenças”<sup>57</sup>. Essa prática constitui-se em uma fiel reprodução do que acontecera anteriormente onde, com a introdução do assimilacionismo colonial, a maior parte das referências identitárias nativas foram colocadas num quadro isomorfo, ou melhor, implantou-se um mecanismo em que haviam poucos pontos de contacto entre os nativos e o sistema.

Resumidamente, o paralelismo entre os dois sistemas, indiciando a ocorrência de processos transculturais de um sistema para o outro, emana do facto de ter havido, nos dois períodos, uma negação em se aceitar o identificado como oposto. Assim, se no período colonial era impensável a integração do nativo em qualquer dos setores coloniais, europeu/branco e/ou português, no Estado pós-colonial, apesar da emancipação que colocou supostamente todos os indivíduos no mesmo patamar, a integração de cada um dos indivíduos na esfera administrativa, económica e política veio a ser definida por via partidária. O sistema que se propunha unitário e igualitário passou a excluir a todos os que não mostrem uma relação explícita com o Partido-Estado. Qualquer pessoa que não evoque tal sistema organicista passa a ser excluída.

Essa condição que tem obrigado pessoas a mostrarem alguma lealdade ou compromisso com o partido no poder tem contribuído para exteriorizações públicas descontextualizadas por parte de algumas individualidades moçambicanas, principalmente entre as que detêm cargos político-administrativos ou parlamentares ligados à FRELIMO.

A esse título, um “post” tornou-se viral em Moçambique, quando, a 8 de junho de 2022, pelas 22h21, os Mambas, nome pelo qual é conhecida a seleção nacional de futebol, depois de sucessivos desaires anteriores, se adiantaram no marcador. Quando estava a ganhar por

57 Forquilha, “Descentralização e conflito”, 36.

uma bola sem resposta, eis que um dos edis do centro de Moçambique partilha no Facebook o seguinte comentário: “Graças a FRELIMO e a boa liderança. Os Mambas adiantam no Marcador. G” (Mensagem obtida a 9 de junho de 2022 no grupo do WhatsApp Parlamento Digital). Aliás, uma atitude idêntica foi protagonizada aquando de uma vitória de uma pugilista moçambicana, pelo seu esforço pessoal e do treinador e por via do apoio dado pela Federação Moçambicana de Pugilismo: um internauta expôs, em um espírito de subserviência exacerbada, que tal vitória havia sido conseguida graças à FRELIMO e ao carisma do Presidente da República, tal como testemunha a figura 5.

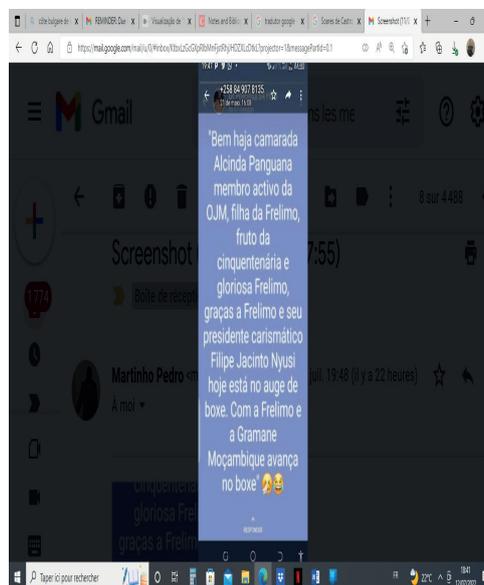


Figura 5

Isentas de bases de sobrevivência e de reprodução económico-social, num contexto social em que há um entendimento promíscuo sobre as atribuições do Estado, do governo e do partido, as pessoas têm sido coagidas a manter alguma lealdade política a esta última organização. De facto, a maioria não tem o real conhecimento de como se tecem as teias da gestão política. Por isso atribuem a provisão de tudo o que existe ao Partido-Estado, numa situação em que existe um *slogan* deste partido, subtilmente evocado, segundo o qual “quem não está cono-

co está contra nós”<sup>58</sup>. Consequentemente, este *slogan* tem coagido as pessoas a terem um alinhamento ao partido no poder. Nada resta a todos os que não se sintam ligados a ele senão: (i) aliarem-se, paradoxalmente, ao partido mesmo sem a respetiva convicção partidária; (ii) ficarem à margem dele, significando a contemplação apática do que vai acontecendo no país, sinónimo de autoexclusão; e (iii) serem considerados como membros da oposição, mesmo que não sejam ou não nutram alguma convicção relativamente a algum dos distintos partidos que real ou aparentemente apresentam ideias contrárias às expressas pelo partido no poder.

Se se observar a sua incidência, o *slogan* frelimista era idêntico ao preconizado no Estado corporativo salazarista, no qual havia limitação da ação até de organizações sindicais e onde “funcionários do Estado, dos corpos e corporações administrativas, bem como aos operários dos respectivos quadros permanentes, [era] vedado constituírem-se em sindicatos privativos ou fazer parte de quaisquer organismos corporativos”<sup>59</sup>. Daí depreende-se a extensão de uma mesma ação do período colonial para o pós-colonial, sinal da tal transculturalidade. De facto, de forma dissimulada ou expressa, o Estado corporativo de Salazar enunciava a impossibilidade de se desenvolver alguma contrariedade interna ao sistema<sup>60</sup>. E essa prática, ao ter continuado no sistema subsequente, revela ter sido fonte inspiradora do *slogan* deste último.

A formatação desse carácter apático possibilitou a emergência de uma cidadania acrítica, que resultou não porque os cidadãos não tenham alguma informação sobre a funcionalidade do país. De facto, para Shenga e Mattes, não são necessariamente os níveis da educação

58 Matsimbe. *Partidos libertadores*, 77.

59 José Rodrigues de Mattos, “Corporativismo em Portugal” (Lisboa: Fundação da União Nacional, 1936), p. 16.

60 Sobre esta realidade, Rosas aponta que “o Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre *slogan* ‘tudo pela Nação, nada contra a Nação’ resume, no essencial, este mito providencialista”. Ver Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social* XXXV, n.º 157 (2001): 1034, <https://analis-social.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>.

formal que, por sua ausência, ditam esse caráter acrítico. Os autores, partindo de uma análise comparativa da educação em África, notaram que os dados de Moçambique, apesar de serem os mais baixos da África Austral, eram mais altos do que os de Mali, Benim e Senegal, mas que, contrariamente, os cidadãos deste último grupo de países eram mais interventivos, tal como os autores detalhadamente descrevem:

Embora o nível de educação em Moçambique seja o mais baixo da África Austral, continua a ser consideravelmente mais alto que no Benim, no Mali e no Senegal (embora cerca de 1 em cada 5 Senegaleses e Malianos digam que tiveram escolaridade informal). Constatamos, contudo, que os cidadãos desses três países são consistentemente muito mais capazes de dar opiniões, fazer avaliações críticas e exigir democracia do que os Moçambicanos<sup>61</sup>.

O trecho precedente explicita, efetivamente, que a falta de intervencionismo político do moçambicano não resulta de um pretensão baixo nível de instrução. As causas essenciais só podem ser encontradas no receio implantado entre os indivíduos e grupos sociais constrangidos. Os que não estivessem cooptados ao sistema formal operante, em um e em outro período, passaram a ter dificuldades em manifestarem livremente a sua opinião na esfera pública, algo que, tendo iniciado no período colonial, se estendeu ao pós-colonial. A presença de meios de controlo de comunicação centralizados nos dois períodos teve um contributo significativo para esse silenciamento. De facto, uma exploração de mensagens em WathsApp revela haver, entre os cidadãos, um medo às instituições do Estado, reduzindo as capacidades e possibilidades destes de se expressarem fora dos ditames do Partido-Estado. É

61 Carlos Shenga e Robert Mattes, “Cidadania acrítica numa sociedade de ‘baixa informação’: os moçambicanos numa perspectiva comparativa”, in *Cidadania e governação em Moçambique. Comunicações apresentadas na conferência inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*, org. Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (Maputo: IESE, 2008), 135.

daí que, em seu lugar, emerge uma apatia, manifesta, em parte, por uma subserviência e bajulações exacerbadas dos diferentes atores e grupos sociais em relação ao comandamento instituído. Dessa forma implanta-se a tal quase ausência de massa crítica, à exceção do que ocorre em tais grupos sociais restritos em plataformas digitais, como no WhatsApp e no Facebook.

Pelo receio de exporem diretamente as suas ideias em praças públicas ou em plataformas de informação abertas como jornais, rádios e televisões, as pessoas preferem dar a sua opinião naqueles canais, por pensarem que sobre eles não há um controlo direto por parte dos serviços de “vigilância” estatais. Corroborando esta ideia, Tsandzana traz o depoimento de um jovem que afirma usar “o Facebook porque entendo que é uma daquelas aplicações que me permitem discutir de forma aberta e sem receio sobre a vida do meu país [...] (ou ainda quando outro jovem foi citado a dizer que) [...] nós temos medo das repressões, temos medo daquilo que serão as consequências das nossas manifestações... e não me lembro de ter participado em nenhuma manifestação pelas razões que expliquei”<sup>62</sup>.

Por conta do que aparece explícito no parágrafo precedente, as manifestações abertas em Moçambique são tão raras, uma raridade que chegou a alertar um pesquisador estrangeiro que, durante cinco anos consecutivos, visitou a capital, Maputo, que para além de ser o centro político e económico é também o centro cultural melhor esclarecido em relação às outras regiões do país. Foi assim que, durante esse período de sua permanência, Hernández constatou e deixou expresso que:

Durante a minha pesquisa de doutorado (2006-2011), nos diversos estágios de campo realizados em Maputo com os Magermane, talvez um dos aspectos que mais me chamou a atenção foi que além das instituídas marchas de

62 Dércio Tsandzana, “Redes sociais da Internet como ‘tubo de escape’ juvenil no espaço político urbano em Moçambique”, *Cadernos de Estudos Africanos* 40 (2020): 182, <https://doi.org/10.4000/cea.5500>. Os sublinhados são do autor do presente artigo.

quarta-feira que eles protagonizaram, não presenciei quaisquer manifestações de rua organizadas que demonstrassem qualquer descontentamento da população com a situação política, social e económica, exceptuando aqueles comícios encenados pelo partido FRELIMO durante os períodos de eleições<sup>63</sup>.

Ainda explicitando o tal uso de mecanismos de pretensa despersonalização, com o fim de isentar as pessoas ou evitar que indivíduos fossem identificados com a incitação até de greves que efectivamente chegaram a ser concretizadas, os manifestantes usaram a *média* para difundir a marcação do dia da mesma. Para tal efeito “enviavam os SMS usando cartões SIM comprados aos vendedores ambulantes informais [forma pela qual] era impossível para o governo identificar remetentes, ou receptores”<sup>64</sup>. De facto, tal clamor escondido por detrás das plataformas digitais<sup>65</sup>, mesmo iniciando por essas vias dissimuladas, tem dado, em determinados momentos, algum impacto na esfera pública, com a adesão às greves, revelando que o *deficit* não está no desconhecimento dessa força reivindicativa, mas nos seus resultados. É o receio pela autoexposição que as pessoas têm, algo que acaba sendo confirmado, quando as manifestações são respondidas por uma brutal intervenção policial. A esse propósito, Tsanzana aponta que em “2010 outro protesto violento contra a carestia (o aumento do custo de vida) foi convocado por SMS e difundido nas redes sociais [...] Igualmente, outras manifestações seguiram e foram caracterizadas pela repressão policial (2013, 2014, 2015 e 2016)”<sup>66</sup>. Cientes dessa realidade, os internautas acabam até fazendo uma espécie de chacota à realidade que os

63 Héctor Guerra Hernández. “Modernidade selectiva e Estado predador: primeira aproximação às revoltas populares em Maputo de 2008 e 2010”, in *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*, org. Luís de Brito (Maputo: IESE, 2018), 169.

64 Bertelsen, *Efervescência efémera*, 133.

65 Apesar de serem públicas, estas plataformas dão a possibilidade de criar grupos restritos, reduzindo a exposição dos indivíduos, de forma diferente do que aconteceria num jornal, televisão ou rádio.

66 Dércio Tsanzana, *Redes sociais*, 178-79.

coloca naquela situação, apontando que “Moçambique [é] único país que as greves são feitas no whatsapp”, tal como documenta a figura 6.

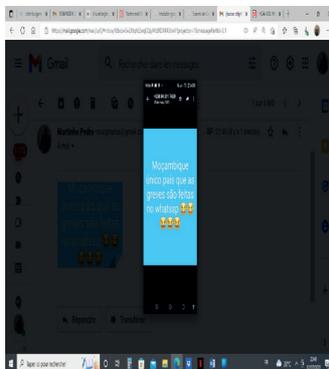


Figura 6

Do que se pode aferir, a prevalência da apatia advém do modo como as instituições do período colonial e pós-colonial limitaram e limitam os direitos de expressão, justamente por conta dos seus sistemas monolíticos montados e da sua natureza corporativa no que concerne à sua funcionalidade<sup>67</sup>. Para sumarizar, dois indícios são esclarecedores do cenário recorrente num e em outro sistema que, de forma correlativa, mostram os traços da transculturalidade:

(i) a instituição repressiva colonial por excelência, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direcção-Geral de Segurança (PI-DE-DGS), foi substituída pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (Snasp, depois SISE – Serviço de Informações e Segurança do Estado)<sup>68</sup>;

(ii) um e outro chegaram a agregar, por exemplo, organizações juvenis, tendo sido, no primeiro período, a Mocidade Portuguesa e, no segundo, a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) as

67 No período colonial, houve uma “orientação selectiva da censura [...] um revelador claro do tipo ideal ‘organicista’. Numa sociedade onde o conflito foi teoricamente abolido, nada que permita aferir a sua sobrevivência é publicado”. Ver António Costa Pinto, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, in *O Corporativismo em Português*, ed. Francisco Palomanes Martinho e Antonio Costa Pinto (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007), 38, [https://www.researchgate.net/publication/264881042\\_O\\_Estado\\_Novo\\_portugues\\_e\\_a\\_vaga\\_autoritaria\\_dos\\_anos\\_1930\\_do\\_seculo\\_XX](https://www.researchgate.net/publication/264881042_O_Estado_Novo_portugues_e_a_vaga_autoritaria_dos_anos_1930_do_seculo_XX).

68 Matsimbe. *Partidos libertadores*, 66.

respetivas envolturas políticas<sup>69</sup>. O privilégio destas organizações deu e dá-lhes a possibilidade de serem as únicas com o poder de convocarem manifestações e as concretizarem, justamente por causa da sua tácita ligação aos governos/partidos dirigentes e, por via disso, multiplicarem ou replicarem mensagens oficiais, sejam elas abertas ou dissimuladas, enquanto caixas de ressonância.

Visando a gestão dos grupos populacionais, durante o colonialismo, por conta da necessidade de reprodução do próprio sistema, foi imposto um controlo da mobilidade dos nativos ou dos indígenas, cuja catalogação da mão de obra era feita por via da Caderneta Indígena<sup>70</sup>. Durante o período pós-colonial, pelo menos durante um percurso substancial da Primeira República, que subsistiu entre 1975 e 1990, a circulação das pessoas de uma divisão administrativa para outra passou a ser sumariamente condicionada a uma “guia de marcha”. Uma similaridade na ação que não deve ter sido tão acidental, na medida em que o fim último dos dois processos era o controlo da mobilidade de todos os grupos que fossem vistos como estando fora dos circuitos de circulação do poder, mas cuja presença devia garantir a reprodução do sistema.

Quanto ao escravismo, que ocorreu no interior da colonização mercantil, tendo características próprias, deixou, também, um impacto substancial na vida individual e coletiva das pessoas nos territórios diretamente afetados pelo tráfico de homens escravizados. Um dos mecanismos definidos aquando da captura de homens para a sua integração no circuito comercial na região nortenha de Moçambique, numa altura em que a costa ficou totalmente islamizada, foi a mudança de rotas e de zonas geográficas onde podiam ser adquiridos homens para alimentar o contínuo fluxo. Medeiros aponta que com a

69 Quanto à primeira organização, “em 1936, já com o fundamental do sistema consolidado, Salazar autorizou então a criação de uma milícia, a Legião Portuguesa, e criou também organizações de juventude e de mulheres, na dependência do Ministério da Educação”. Ver Pinto, *O Estado Novo*, 33 e 39. Mais adiante, o autor alude à criação da Mocidade Portuguesa.

70 Avaliando objetivamente, o termo indígena nada tem de ofensivo, se se partir do princípio de que se refere a um indivíduo originário de uma determinada área cultural. Entretanto, dado que durante o período colonial ao termo foi acrescida uma carga psicologicamente pejorativa e negativa, passou a constituir-se em um dos marcos de inferiorização do nativo.

conversão ao islão das populações moçambicanas ribeirinhas do Índico, [...] entre Pebane e Memba, o processo de escravização para o comércio internacional não terminou mas passou a ser feito nas terras cada vez mais afastadas do mar, à medida que se iam modificando as fronteiras dos territórios “pagãos”, pois o islão só admitia que fossem capturados escravos, pela força, entre os não-muçulmanos<sup>71</sup>.

Por causa da disposição da costa de Moçambique, que, regra geral, tem a orientação norte-sul, a zona isenta ao comércio foi desenhada em função dessa orientação, cujo carácter paralelo foi obliterado, introduzindo-se um sentido perpendicular àquela e, por isso, estabelecendo-se uma referenciação no sentido este-oeste. Por via desta orientação, o comércio de homens escravizados induziu, nas zonas em que o mesmo havia fortemente assolado, a divisão geográfica e cultural entre costa e interior. Aliás, por mais que não tenha sido por motivos de índole religiosa, esse interior foi sempre negligenciado mesmo no auge da colonização portuguesa em Moçambique. Durante este período, dado que os padrões de povoamento eram fixados em função da proximidade aos principais portos, o interior era colocado, mesmo até aos anos 60 do século XX, em desvantagem na sua ocupação<sup>72</sup>.

Na sequência desta desvantagem e para a sua solução, chegou-se até a aconselhar que “deve, enfim, acabar-se com a divisão de Moçambique em costa e interior e principalmente Lourenço Marques [Maputo] e mato, em que se dá às primeiras lugar desproporcionalmente destacado”<sup>73</sup>.

71 Medeiros. *As etapas*, 12-13. Sobre a mesma realidade, Gerbeau aponta que “com a conversão em massa dos povos negros das costas orientais africanas [...] a prática da escravatura expandiu-se, admitindo-se que apenas se podia arranjar escravos pela força entre os não muçulmanos”. Ver Hubert Gerbeau, “O tráfico negreiro esclavagista no Oceano Índico: problemas postos ao historiador; pesquisas a efectuar”, in *O Tráfico de escravos negros – Séc. XV-XIX* (Lisboa: Edições 70, 1979), 245.

72 Vasco Fortuna, “Estruturas económicas de Moçambique”, in *Moçambique, Curso de Extensão Universitária*, ano lectivo de 1964-1965 (Lisboa: ISCSP/UTL, 1966), 213.

73 Manuel Pedro Romano, “A localização das capitais de província e de distrito em Moçambique”, *Separata do Boletim da Sociedade de Estudos da Província de Moçambique* 122 (mai.-jun. 1960): 203.

Voltando ao escravismo, como impacto do comércio de homens escravizados, pelo qual eram capturados homens fora de zonas não islamizadas, ocorreu, primeiro, uma clivagem ou dissociação intraétnica entre costa e interior da área macua e, em seguida, as conseqüentes dissensões socio-culturais que se perpetuaram até aos dias atuais. Tal realidade é notória, por exemplo, na atual província de Nampula, onde, até ao século XVII, o grupo inicial Macua que povoava a costa e o seu interior, constituindo-se em um grupo homogéneo, veio a dividir-se em dois subgrupos, de onde o costeiro passou a reclamar alguma notabilidade em relação ao seu grupo homólogo do interior, com construções etnocêntricas bem assinaláveis<sup>74</sup>. De facto, uma observação, mesmo a menos avisada, de certas zonas de Moçambique, como o Norte de Moçambique, permite captar um diferendo entre essa costa e o respetivo interior da mesma latitude, e um desdém por este último, fundamentalmente pelos grupos sociais que perfilham a costa como local da sua reprodução sociocultural. Correlativamente, estes últimos apresentam, em relação àqueles, um comportamento megalómano. Em consequência, as populações do interior, sentindo-se constrangidas com a recorrente inferiorização promovida por indivíduos procedentes de grupos sociais costeiros, são, em amiudadas vezes, forçadas a comportarem-se como as da costa. Tal realidade foi apurada a partir de uma observação aturada, feita na província de Nampula, entre 2000 e 2022.

Da observação revelou-se um aumento contínuo do sotaque do Nahara, designação do macua costeiro, com a sua expansão para o interior da região, principalmente ao longo do corredor de Nacala, abrangendo os distritos de Monapo, Meconta, Muecate e a cidade de Nampula. Os últimos distritos, inicialmente ocupados por Macuas-centrais ou Macua-Macuana, revelam, ao longo da estrada número 8, essa tendência de mudança de sotaque<sup>75</sup>.

74 João dos Santos, um dos primeiros europeus a fazer uma descrição exaustiva sobre a realidade societal na costa oriental africana, especificamente no século XVII, indica, nos seus escritos, que defronte à Ilha de Moçambique, nas terras firmes, isto é, no continente, viviam macuas e seus pequenos chefes. João dos Santos (Frei), *Etiópia oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999), 247.

75 A província de Nampula, uma das onze províncias de Moçambique, localizada no norte de Moçambique, é ocupada quase pelo mesmo grupo cultural, o dos *Amakhuwa*, por sinal o maior grupo etnolinguístico de Moçambique, que ao incluir as variantes de Cabo Delgado, Niassa e

Um aspeto curioso, observado regularmente no penúltimo distrito, o de Muecate, é o facto de certos passageiros terem um sotaque local, isto é, do Macua-macuana, antes de subirem o transporte semicoletivo e, logo que estejam no seu interior, mudarem para o sotaque do Macua do litoral, o Nahara, até chegarem à cidade de Nampula. Entretanto, o contrário nunca chega a observar-se, isto é, uma conversão do Nahara ao Macua-central, falado no interior de Nampula. Dessa forma, a situação beneficia a formulação de uma hipótese segundo a qual há alguma subalternização dos dialetos do interior pelo da costa, remetendo a uma situação de um constructo que se foi moldando desde o período em que se difundiu o islão e em seguida foi acompanhado pelo desenvolvimento do escravismo que, tendo como zona *pivot* a costa, transformou o interior em zona bárbara, selvagem, inferior ou subalterna, onde os que tivessem essa condição deviam ser convertidos.

Outro impacto do escravismo colonial em Moçambique centra-se na prática recorrente, em muitas casas, de se trazer o requinte quando apenas aparece um visitante. De facto, apesar de não se ter noção dessa realidade, constitui-se em um dos marcos do servilismo colonial e escravista. Geralmente é a boa loiça, a boa comida ou o melhor objeto de uma espécie que é servido ao visitante, em situações que até podem constranger este último. Daqui parece ter emergido o que Mia Couto

Zambézia perfaz 30% da população moçambicana. Entretanto, se tal grupo quando visto de fora é homogéneo, internamente encerra uma complexidade, ao se fragmentar em vários dialetos, alguns deles, principalmente os costeiros, com uma maior diferenciação fonológica, mesmo que as palavras sejam as mesmas. De entre os vários dialetos, destacam-se, pela sua expressão territorial, o Macua-central, falado em Mogovolas, Murrupula, Nampula, Muecate, Mecubúri, Monapo e Meconta; o Marrovone no sudeste, envolvendo Moma e parte de Larde; o Esagage, falado em Mogincual; o Nahara partilhado entre Mossuril, Ilha de Moçambique, Nacala-Porto e Velha e Momba; o Chirima em Malema, entre outras variantes. Dessas variantes, o Nahara tem visto a sua valorização geográfica ao longo dos anos, sendo que, mesmo na cidade capital surgem pessoas que, sem serem originárias da zona costeira onde esse dialeto é partilhado, procuram exterioriza-lo como se de nativos se tratassem. Para um olhar mais minucioso sobre os subgrupos Macuas, ver Adelino Zacarias Ivala, *Transformações sócio-políticas no Alto Lúrio – O caso do Regulado do Umpuhua, c.1850-1933* (Maputo: ISP/Departamento de História, 1993), 6-11. Em termos conclusivos pode afirmar-se que as variantes da língua Emakhuwa e a pretensa negação dos Macuas da costa, os Nahara, em pertencer ao grande grupo Macua, por reenviarem este termo aos que vivem no “Omakhuani”, isto é, no Ocidente ou terra dos Macuas, em contraposição ao “Omaka”, ou melhor, Oriente, terra dos Nahara, não tem importância de relevo. Tais grupos não passam de simples variantes, tal como atestam os linguistas e as práticas discursivas cotidianas que jamais demandam alguma intermediação por via de um intérprete.

chama de culto das aparências, que compõe um dos *Sete Sapatos Sujos* que estão ligados à sociedade moçambicana, e que até aos tempos atuais é expressivo no país<sup>76</sup>. A este propósito, mas remetendo-se à realidade brasileira, Gorender apresenta que “quando se hospeda um estrangeiro, apresenta-se-lhe para as abluções soberbos vasos desse metal, de que são também as bandejas que vêm para a mesa, as bridas e os estribos dos cavalos e o cabo dos punhais”<sup>77</sup>.

A outra característica ou prática dominante e que resulta da condição servil e escrava é ligada ao facto de o conjunto residencial de uma família, principalmente do meio urbano da província de Nampula, sempre que houver espaço para tal, ser composto por, pelo menos, duas casas, sendo uma delas, a mais pequena, reservada à criadagem. Tal casa mais pequena marca alguma equidistância social, cujo pessoal nela residente é reservado aos trabalhos que aparentemente não podem ser desempenhados pelos donos da casa. Entretanto, mesmo que a casa esteja ausente, em Moçambique, bastará alguém ser da classe média para ter esse pessoal serventuário, o qual vai se complexificando em função dos recursos que o indivíduo e/ou a família servida possuir. Esta forma de estar encontra paralelismos com a forma de vida dos séculos XIX e XX. De facto, durante o apogeu da escravatura:

Qualquer casa por mui pequena familia que tenha, emprega de portas adentro vinte a trinta escravos, d’ambos os sexos, vinte ou trinta ociozos que ou estão divertindo as donas da casa com batuques, ou estão deitados nas lojas da entrada, esperando que o senhor saia para o carregarem na machila! Eis aqui resumida mas verdadeiramente demonstrado o que se pode esperar de gente inveterada n’estes barbaros costumes; desgraçadamente os europêos que para aqui vem, como pela maior parte, são tirados da classe

76 Mía Couto, “Os sete sapatos sujos. Quinto sapato A vergonha de ser pobre e o culto das aparências”, <https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/mia-couto-a-porta-da-modernidade-ha-sete-sapatos-sujos-que-necessitamos-descalcar>.

77 Gorender, *O escravismo*, 595.

menos instruída, não tardão em identificar-se [identificar-se] completamente com esses usos<sup>78</sup>.

Em resultado desse emprego massivo de homens escravizados, Martins aponta que se “segundo o recenseamento mandado fazer pela portaria n.º 429, de 16 de Maio de 1843, havia em Moçambique 22122 escravos para 2160 “moradores”. [...] como observava o governador-geral, este número de escravos estava muito abaixo da realidade”<sup>79</sup>. Essa atitude de posse de escravos cimentou-se de tal forma que no fim do século XIX era assinalada pelo primeiro comissário régio, António Enes. De facto, segundo Martins:

António Enes, o teorizador da última fase da colonização portuguesa em Moçambique, teve a consciência perfeita da subsistência, no fim do século XIX, dessa mentalidade escravocrata interiorizada e generalizada: “Na Zambézia e no continente de Moçambique há ainda indivíduos e famílias que se consideram adstritos ao serviço de proprietários, descendentes dos que foram senhores de seus pais e avós.” [ ... ] “É vulgaríssimo os particulares e funcionários, que vivem nos sertões, angariarem clientelas numerosas de indígenas, que chegam a considerar-se gente deles, seus vassallos ou servos”<sup>80</sup>.

Em meados do século XX, o mesmo problema, e como que assinalando a sua prevalência transversal, era evidenciado por Dom Sebastião Soares de Resende, bispo da diocese da Beira, responsável pela gestão da atividade missionária na região central da colónia de Moçambique, nos seguintes termos:

78 Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa: Moçambique, 2 de Janeiro de 1850, doc. n.º 107/850.

79 José Soares Martins, “Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários”, *Africana Studia* 3 (2000): 40, [https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7089\\_](https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7089_)

80 Martins, *Escravos*, 44.

Devido a variadas circunstâncias locais, a maior parte das famílias não indígenas tem ao seu serviço número relativamente avultado de criados. Ora os filhos nascidos no seio de tais famílias hão-de necessariamente seguir a lei do menor esforço, começando por ordenar aos serventes que façam tudo aquilo que eles mesmos podiam e deviam fazer. Há serviçais para tudo, para as coisas da casa e para as pessoais, pois são escalonados pelo gênero de trabalho a que se destinam<sup>81</sup>.

Aliás, essa questão da lei do menor esforço parece ir ao encontro da realidade moçambicana contemporânea. Ao se confrontar as capacidades que o país tem, tanto em recursos naturais, quanto em recursos humanos, e os seus resultados produtivos verifica-se o quanto a indolência está enraizada.

Com todas as condições agroecológicas e florestais, o moçambicano do meio urbano e parte do rural que por vias alternativas consegue obter algum valor pecuniário depende de importações estrangeiras. Com uma das maiores reservas agronômicas e hídricas da África Austral, o moçambicano do meio urbano tem todas as suas refeições cotidianas (tomate, cebola, batata, alho, sal refinado) importadas principalmente da África do Sul, um território que, comparativamente, tem menores potencialidades naturais do que as de Moçambique.

O contraste surge quando esse meio rural moçambicano continua ainda virgem, tal como no período colonial, pelo desdém que o seu cidadão tem por ele, mesmo para zonas que porventura nunca foram acoçadas pelo infame comércio de homens escravizados. Entretanto, mesmo que tais zonas tenham escapado do escravismo colonial direto, já que ele ficou centrado no Norte e Centro de Moçambique e, em amiudadas vezes, nas baías de Inhambane e de Lourenço Marques, a atitude enraizada por largos tempos na então capital de Moçambique,

81 Sebastião Soares de Resende, *O problema da educação em África* (Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1952), 81.

situada no Norte de Moçambique, seria espalhada para o extremo sul da colónia, aquando da transferência da capital para esta região. De facto, dada a centralidade que Lourenço Marques passou a capitalizar a partir do momento em que passou a constituir-se em capital da colónia, houve uma conseqüente defecção do pessoal colonial de todas as partes da colónia a partir dos finais do século XIX. Ao convergir para esta a zona mais excêntrica da colónia, o colono fê-lo, certamente, transportando todos os *habitus* adquiridos em anteriores paragens e sociabilidades<sup>82</sup>. De facto, a dinâmica colonial posterior, conduzida para toda a colónia, partindo da capital para as distintas partes desta, veio, desta vez de forma inversa, homogeneizar práticas sistematizadas nas diferentes partes e etapas da história de Moçambique.

Finalmente, uma das conseqüências da escravidão no meio rural que anteriormente tinha sido acossado pelo tráfico de homens escravizados, foi o surgimento de uma prática/mentalidade herdada do período de maior instabilidade militar presente nas zonas acossadas. Os homens, representantes do sexo que era frequentemente capturado para alimentar o hediondo comércio, têm recorrentemente portado uma faca, catana, canivete, ou outro instrumento contundente, sempre que saem das suas casas para distintos destinos.

Pessoas incautas ou agindo de acordo com as leis formais, colocam em questão a posse e os portadores daqueles instrumentos, por entrarem em colisão com a lei que os trata como armas brancas. Entretanto, a sua sistematização como prática resultou de uma instabilidade constante, a qual obrigou a que pessoas dependentes da própria proteção individual tivessem um instrumento com o qual pudessem oferecer a primeira resistência aquando da sua captura, tradição que perdura até à contemporaneidade.

82 O termo *habitus* é utilizado no sentido dado por Bourdieu, referindo-se ao “sistema de esquemas para a elaboração de práticas concretas, ou esquemas estruturados, incorporados pelos agentes, sob a forma de um senso prático que facilita sua orientação nos domínios relativos à existência social”. Ver Leigh Maria de Souza, “O conceito de *habitus* e campo: princípios que sustentam o *ethos* docente da educação profissional agrícola”, *Anais do II Colóquio Nacional – A Produção do Conhecimento em Educação Profissional* (Natal: IFRN, 2013), 3, <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1335>.

## Conclusão

Revisitando o postulado inicial, o artigo defendeu a ideia segundo a qual o escravismo e o colonialismo, ligados à modernidade europeia, ao terem condicionado a sistematização de práticas recorrentes sedimentaram-se em normas, corporizando, em certas realidades, comportamentos que, em última instância, caracterizaram, durante o período colonial, e continuam a caracterizar, na fase hodierna, realidades do Estado e da sociedade em Moçambique. Dessa forma, certos padrões e hábitos precederam a institucionalização do Estado em Moçambique, alguns deles com uma tal profundidade que abona toda a conjetura que aponte a correlação entre o período colonial e o pós-colonial.

No período pós-colonial de Moçambique, por causa de uma precariedade institucional e da incapacidade de controlar todas as diversidades sociais presentes, o Partido-Estado reproduziu práticas do período colonial, que consistiram na redução e eliminação, ao máximo possível, de tudo o que fosse considerado como adverso, incluindo os canais possíveis de manifestação do clamor. Tal procedimento conduziu a um monolitismo, cuja manutenção foi possível mediante a aplicação de meios repressivos do Estado, procedimento que, por sua vez, redundou na prevalência de: (i) um comportamento apático e de uma posição acrítica dos cidadãos moçambicanos face às inquietações cotidianas; (ii) a instauração de ideias politicamente corretas entre indivíduos e coletividades nos meios de comunicação social mais abertos ao espaço público; (iii) a instauração do clientelismo e do nepotismo no funcionalismo público em Moçambique, com uma manifesta exclusão de maior franja da população; e (iv) no início de uma partilha do sentimento de injustiça em grupos restritos como no Facebook e no WhatsApp.

O facto de os países africanos reproduzirem ainda modelos coloniais e não tipicamente os implementados no Ocidente resulta de nunca se ter chegado a pensar na introdução do modelo e funcionalidade do Estado que, tendo substituído as monarquias absolutistas na Europa durante o século XIX, não era consentâneo com a filosofia colonial. Avaliando-se que a sua introdução teria trazido alguma discordância com o figurino relacional entre metrópoles e colónias, no seu lugar, as

metrópoles ocidentais projetaram, durante a colonização, uma estrutura orgânica especial para o continente africano, no geral, e para Moçambique, em particular. Esta estrutura colonial nem sempre era correlativa à orgânica e funcionalidade presentes nas distintas metrópoles europeias. Assim, com a emancipação política das anteriores colónias, era de se esperar que fosse implementada a estrutura funcional do processo colonial, a qual passou a constituir-se em fundamento de integração desses países no sistema de gestão burocrática moderna. Ademais, se aquando da emancipação da África tivesse havido uma pretensão de implementação dos modelos ocidentais, tal procedimento poderia ter sido visto como continuidade da manipulação dos antigos territórios pelas anteriores metrópoles, principalmente entre os que acabavam de adquirir a sua independência por via revolucionária, como foi o caso de Moçambique.

Dessa forma, já que a filosofia geral da governabilidade da África colonial transposta para o período pós-colonial nunca chegou a ser idêntica à dos países ocidentais, tal contraste constitui-se na razão substancial para que muitas agendas de países africanos e, no caso em epígrafe, de Moçambique, sejam frequentemente dissonantes com as do Ocidente, dando lugar a colapsos recorrentes dos projetos implementados no continente. Aliás, tais colapsos são acrescidos pela extemporeidade das práticas adquiridas em outro contexto histórico, isto é, pelo facto de os respetivos processos se encontrarem descontextualizados em relação às formas relacionais entre o Estado e os cidadãos.

Tanto o sistema colonial quanto o escravocrata, ao terem introduzido uma nova categoria subalterna para o africano, fizeram com que esta se tenha constituído em fundamento para o retraimento deste, cujo servilismo inculcado durante gerações se tem mostrado presente no cotidiano e de onde o desdém pela sua cultura e a falta de apego ao torrão têm trazido consequências sobre a projeção de uma identidade nacional. No caso em epígrafe, essa falta de apego ao torrão desagua na falta de uma identidade moçambicana, a qual existe apenas ao nível discursivo ou quando grupos e indivíduos querem obter algum favorecimento momentâneo junto de instituições e entidades formais.

De certa forma, muitas das atitudes que são manifestas consciente ou inconscientemente acabam revelando a sua sistematização num período precedente, cuja manifestação atual resulta da falta de perspectivas societais alternativas que suplantem as anteriores práticas sociais. Entretanto, tal passagem de práticas para o período pós-colonial foi atípica, por ter desafiado uma rutura revolucionária, ao transportar valores recusados pelo novo sistema, o que, em última instância, encerrou a paradoxalidade dessa transculturalidade, mas que, de forma lógica, se encerrou na colonialidade. Esta emerge em virtude de a falta de alternativas ter propiciado a manutenção de uma realidade comandada por um contexto extemporâneo e precedente. Entretanto, tanto a tal transculturalidade quanto a colonialidade constituem-se em processos que carecem de uma revisitação astuciosa, visando encontrar novas formas relacionais que reduzam o fosso entre as formas funcionais do Estado e os cidadãos e se firmem como pressupostos relacionais assentes em um *ethos* que seja dialogante com qualquer outra sociedade, fora da condição infra-humana a que grupos sociais do continente africano e, particularmente de Moçambique, têm sido impingidos por poderes excêntricos.

## BIBLIOGRAFIA

Adelman, Sam. “Two Crises, Impoverishment and Sovereign Biopolitics”. Comunicação apresentada na II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique, 2009.

Alpers, Edward A. “Moçambique marítimo (séculos XIV-XXI)”. *Revista História* (São Paulo) 178 (2019).

Bello, Angela Ales. *Cultura e religiões. Uma leitura fenomenológica*. São Paulo: EDUSC, 1998.

Bertelsen, Bjørn Enge. “Efervescência efêmera: levantamentos populares urbanos em Moçambique”. In *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*, organizado por Luís de Brito, 124-52. Maputo: IESE, 2017.

Berger, Peter, e Thomas Luckmann. *A construção social da realidade*. 27.<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Botelho, Teixeira. *História militar e política dos portugueses em Moçambique: de 1833 aos nossos dias*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

Cabrera, Francisca de la Maza. “Aportes de la etnografía del estado para el estudio de las interacciones interculturales locales, Región de la Araucanía”. Comunicação apresentada ao VII Congreso Chileno de Antropología, San Pedro de Atacama, Colegio de Antropólogos de Chile, 2010.

Capela, José. *Escravidura: a empresa de saque. O abolicionismo (1810-1875)*. Porto: Afrontamento, 1974.

Castro, Soares de. “Apontamentos para a história de uma jovem cidade”. *Boletim do Museu de Namputa* (1961).

Cota, José Gonçalves. *Projecto definitivo de estatuto do direito privado dos indígenas da Colónia de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946.

Couto, Mia. “Os sete sapatos sujos. A vergonha de ser pobre e o culto das aparências”.

Dubar, Claude. *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

Ennes, António. *Moçambique. Relatório apresentado ao Governo de Sua Magestade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

Farré, Albert. “Mercado de trabalho em Massinga. Entre a acumulação e as informalidades”. Comunicação apresentada à III Conferência do IESE. Moçambique: acumulação e transformação num contexto de crise internacional, Maputo, 4 e 5 de setembro de 2012.

Forquilha, Salvador. “Descentralização e conflito em Moçambique: os desafios da construção do Estado”. In *Desafios para Moçambique 2017*, organizado por Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco, 35-59. Maputo: IESE, 2017.

Fortuna, Carlos. *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

Fortuna, Vasco. “Estruturas económicas de Moçambique”. In *Moçambique, Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo de 1964-1965*, 199-229. Lisboa: ISCSP/UTL, 1966.

Garcia, Dagoberto. *Evolução histórico-administrativa do distrito de Moçambique – 1895- 1934*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1964.

Gasparini, Lavinia. “Direction culturelle, éducation et développement au Mozambique”. *Revue Tiers Monde*, XXV, n.º 97 (jan.-mar. 1984): 189-204.

Gentili, Anna Maria. *O leão e o caçador. Uma história da África sub-saariana*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999.

Gerbeau, Hubert. “O tráfico negreiro escravagista no Oceano Índico: problemas postos ao historiador; pesquisas a efectuar”. In *O Tráfico de escravos negros – Séc. XV-XIX*, 181-238. Lisboa: Edições 70, 1979.

Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. 6.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

Guedes, Armando M. Marques. “Organização administrativa de Moçambique”. In *Moçambique, Curso de Extensão Universitária. Ano lectivo 1964-1965*, 339-365. Lisboa: ISCSP/UTL, 1966.

Gutiérrez, Horacio. “Capela José & Eduardo Medeiros, O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902”. *Revista História* (São Paulo) 120 (jan.-jul. 1989): 183-85.

Hernández, Héctor Guerra. “Modernidade selectiva e Estado predador: primeira aproximação às revoltas populares em Maputo de 2008 e 2010”. In *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*, organizado por Luís de Brito, 169-194. Maputo: IESE, 2018.

Ivala, Adelino Zacarias. *Transformações sócio-políticas no Alto Lúrio – O caso do Regulado do Umpuhua, c.1850-1933*. Maputo: ISP/Departamento de História, 1993.

Justino, Botelho J. *Alguns pontos da história de Moçambique*. Lisboa: Oficinas Gráfica, 1922.

Lobato, Alexandre. *Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela história de Moçambique*. Lourenço Marques: s.e., 1972.

Lourenço, Luís Augusto Bustamante. “Riqueza, pobreza e escravidão”. In *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

Lourenço, Vítor Alexandre. “Estado, autoridades tradicionais e transição democrática em Moçambique: questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas”. In *Cadernos de Estudos Africanos* 16-17 (2009): 115-38.

Martins, José Soares. “Escravos e escravatura em Moçambique. Problemas identitários”. *Africana Studia* 3 (2000): 33-48.

Matsimbe, Zefanias. “Partidos libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique”. In *Desafios de Moçambique 2017*, organizado por Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco, 61-79. Maputo: IESE, 2017.

Mattos, José Rodrigues de. *Corporativismo em Portugal*. Lisboa: Fundação da União Nacional, 1936.

Mattos, Regiane Augusto de. *Comércio de escravos, relações de lealdade e expansão do Islã: razões e estratégias de Angoche para resistir à dominação portuguesa em Moçambique*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: ANPUH, 2011.

Medeiros, Eduardo. “Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique”. In *Ponta de Lança* 12, n.º 23 (jul.-dez. 2018): 166-203.

Medeiros, Eduardo. *As etapas da escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988.

Meneses, Maria Paula G. “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”. In *e-cadernos CES* (jul. 2010).

Papagno, Giuseppe. *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1988.

Pedro, Martinho. “Moçambique: de colonização periférica à estruturação de dinâmicas voláteis e permissivas na contemporaneidade”. In *Cadernos de África Contemporânea* 2, n.º 4 (2019): 33-50.

Pinto, António Costa. “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”. In *O corporativismo em português*, editado por Francisco Palomanes Martinho; Antonio Costa Pinto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Posse, Lúcio. “Identidades étnicas e governação municipal: algumas notas para reflexão a partir do caso da Beira”. In *Desafios para Moçambique 2019*, organizado por Sérgio Chichava, 111-128. Maputo: IESE, 2019.

Quijano, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In *Epistemologias do Sul*, organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 73-131. Coimbra: Almedina, 2009.

Rampinelli, Waldir José. “Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo”. In *Lutas Sociais* 18, n.º 32 (jan.-jun. 2014): 119-132.

República Portuguesa. *Regime do condicionamento industrial no espaço português. Promulgado pelo Decreto-Lei n.º 46 666, de 24 de Novembro de 1965*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1965.

Resende, Sebastião Soares de. *O problema da educação em África*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1952.

Rocha, Aurélio. “Resistência em Moçambique: o caso dos suaílis: 1850-1913”. In *I Reunião Internacional de História de África: relação Europa-África no 3.º quartel do século XIX*, 581-615. Lisboa: IICT, 1989.

Romano, Manuel Pedro. *A localização das capitais de província e de distrito em Moçambique. Separata do Boletim da Sociedade de Estudos da Província de Moçambique* 122 (mai-jun, 1960): 191-232.

Rosas, Fernando. “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social* XXXV, n.º 157 (2001):1031-1054.

Santos, João dos (Frei). *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

Shenga, Carlos, e Robert Mattes. “Cidadania acrítica numa sociedade de ‘baixa informação’: os moçambicanos numa perspectiva comparativa”. In *Cidadania e governação em Moçambique. Comunicações apresentadas na conferência inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*, organizado por Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, 119-169. Maputo: IESE, 2008.

Sousa, Jorge Pais de. “O Estado Novo de Salazar como um fascismo catedrático: Fundamentação histórica de uma categoria política”. *Intellèctus* 21, n.º 2 (2022).

Souza, Leigh Maria de. “O conceito de *habitus* e campo: princípios que sustentam o *ethos* docente da educação profissional agrícola”. In *Anais do II Colóquio Nacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional*. Natal: IFRN, 2013.

Tsandzana, Dércio. “Redes sociais da Internet como ‘tubo de escape’ juvenil no espaço político urbano em Moçambique”. *Cadernos de Estudos Africanos* 40 (2020): 167-89.

Uzoigwe, Godfrey N. “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral”. In *História geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935*, editado por Albert Adu Boahen, 21-50. Brasília: UNESCO, 2010.

Weissmann, Lisette. “Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade”. *Revista Construção Psicopedagógica*, 26, n.º 27 (2018): 21-36.

Zampanoni, Valdimir. “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”. *Africana Studia* 7 (2004): 299-325.

Zonta, Diego. “Moçambique no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo”. *Dimensões* 28 (2012): 315-38.

**FONTES DE ARQUIVO**

Almeida, D. António de. Governo Geral Circular confidencial – Para os governadores das Províncias do Sul do Save, Manica e Sofala, Zambézia e Niassa, de 20 de maio de 1947, nota n.º 1572/B/15. Relatório da Inspeção à Colónia de Moçambique pelo Inspector Superior (Anexos), 1947.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa: Moçambique, 2 de janeiro de 1850 Doc. N.º 107/850.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa: Moçambique, Gabinete do Governador Geral n.º 271.

B.O.M. n.º 27, de 30 de junho de 1921, I. Série, Doc. 68.

Santos, António Lopes dos. *Relatório do Governador do Distrito de Moçambique, Relatório n.º 716*. Nampula: Arquivo Histórico de Moçambique, 1960.

**Referência para citação:**

Pedro, Martinho. “Prevalência de traços do escravismo e do colonialismo em práticas coletivas no cotidiano moçambicano”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 15 (2022): 183-237. <https://doi.org/10.48487/pdh.2022.n15.30060>.